

Diário do Legislativo de 18/11/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL TRABALHISTA (PSDB, PTB e PDT)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Aílton Vilela, Álvaro Antônio, João Batista de Oliveira, Mauro Lobo e Olinto Godinho

2) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA (PPB, PSD e PSN):

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líderes: Dinis Pinheiro e Miguel Martini

3) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PMDB e PT)

Líder: Anderson Adauto

Vice-Líderes: Antônio Roberto, Maria José Haueisen e Paulo Pettersen

4) LIDERANÇA DO BLOCO LIBERAL (PFL e PL)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Rêmolo Aloise e Ronaldo Vasconcellos

5) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta, Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila

6) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líder: Djalma Diniz

7) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Júlio

Vice-Líderes: Antônio Andrade e Arnaldo Canarinho

8) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

9) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Gilmar Machado

Vice-Líder: Durval Ângelo

10) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: Alencar da Silveira Júnior e Bené Guedes

11) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

12) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Miguel Barbosa

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

13) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Ronaldo Vasconcellos

14) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

15) LIDERANÇA DO PSN:

Líder: Miguel Martini

16) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio, José Braga e Sebastião Costa

17) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Ajalmar Silva

18) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças PFL Presidente

Deputado Ajalmar Silva PSDB Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

SUPLENTE:

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Leite PSDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Anderson Adata PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9 horas

EFETIVOS:

Deputado José Henrique PMDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado José Militão PSDB

Deputado José Braga PDT

SUPLENTE:

Deputado Toninho Zeitune PMDB

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Ajalmar Silva PSDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Ivair Nogueira PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 11 horas

EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Anderson Adata PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Geraldo Nascimento PT Presidente

Deputado José Militão PSDB Vice-Presidente

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Leite PSDB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PDT Vice-Presidente

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado José Maria Barros PSDB Presidente

Deputado José Henrique PMDB Vice-Presidente

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTES:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Kemil Kumaira PSDB Presidente

Deputado Sebastião Helvécio PPB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado José Braga PDT

Deputado Durval Ângelo PT

SUPLENTES:

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Péricles Ferreira PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Gilmar Machado PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Irani Barbosa PSD Presidente

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL Vice-Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

SUPLENTE:

Deputado Miguel Barbosa PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB Vice-Presidente

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputada Maria José Haueisen PT

SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

Deputado José Maria Barros PSDB

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PPB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wilson Trópia PFL

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ronaldo Vasconcelos PL

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Olinto Godinho PTB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Trópia PFL

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Anivaldo Coelho PT

SUPLENTE:

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB Vice-Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Anderson Aduato PMDB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PPB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Álvaro Antônio PDT

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

SUPLENTE:

Deputado Dimas Rodrigues PPB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado José Maria Barros PSDB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária

1.2 - Reunião de Debates

1.3 - 306ª Reunião Extraordinária

1.4 - 307ª Reunião Extraordinária

1.5 - 308ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 17/11/98

Presidência do Deputado Francisco Ramalho

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Antônio Andrade - Arnaldo Canarinho - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Durval Ângelo - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Ibrahim Jacob - Isabel do Nascimento - João Batista de Oliveira - José Braga - José Maria Barros - Luiz Fernando Faria - Maria José Hauelsen - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Toninho Zeitune

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Francisco Ramalho) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 18, às 9 e às 20 horas, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 16/11/98

Presidência do Deputado Olinto Godinho

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Gil Pereira - José Henrique - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Wilson Pires.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião por falta de "quorum" e convoca os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 306ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 4/11/98

Presidência do Deputado Geraldo Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de Ordem; inexistência de "quorum" qualificado para votação de propostas de emendas à Constituição - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Adeldo Carneiro Leão; discursos dos Deputados Durval Ângelo, João Leite, Raul Lima Neto e Marco Régis; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; prejudicialidade do requerimento - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36/98; questões de ordem; discurso do Deputado Raul Lima Neto; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Agostinho Patrús - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adaute - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Penna - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Isabel do Nascimento - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Geraldo Rezende) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, está prescrito no prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97. O Regimento estabelece "quorum" qualificado de 48 Deputados, e, como não há esse "quorum", apelo a esta Presidência que passe à fase seguinte, com a discussão de matéria, ou que suspenda, de plano, a reunião.

O Sr. Presidente - A lista de comparecimento registra a presença de 45 Deputados.

O Deputado Durval Ângelo - Mas são necessários 48 Deputados, Sr. Presidente, para a apreciação de matéria constitucional e, por isso, estou formulando esta questão de ordem.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Durval Ângelo que o "quorum" para a apreciação das demais matérias constantes na pauta é de 39 Deputados, por isso vai passar a apreciação dessas matérias.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão solicitando a alteração da ordem do dia, de forma que a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97 seja apreciada em último lugar entre as matérias em fase de votação. Em votação, o requerimento. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos aqui para nos manifestar favoravelmente ao requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, por entender que a Proposta de Emenda à Constituição nº 48 carrega muitas polêmicas, contradições e posições divergentes nesta Casa. Ao passarmos tal proposta para uma discussão posterior, acreditamos que o debate que vem acontecendo em torno da matéria possa elucidar muitas dúvidas a seu respeito, orientando os votos dos Deputados. Acredito que essa matéria não está traduzindo alinhamento automático de nenhuma das bancadas. Tanto isso é verdade, que nas bancadas onde há maior apoio à esta proposta existem votos contrários, e, nas bancadas onde o apoio a ela é minoritário, existem votos favoráveis. Sendo assim, nada melhor do que o adiamento da discussão, através dessa inversão de pauta, que possibilitará o debate. Longe de nós qualquer atitude protelatória ou obstrutiva com relação à matéria, pois o nosso objetivo é simplesmente usar os recursos regimentais para possibilitar maior discussão. Acredito que, assim, até os autores da proposta possam chegar a um consenso com relação à sua retirada, pois ela é imprópria no momento em que o Brasil está vivendo, quando se pede sacrifício de todos os brasileiros por meio de um pacote recessivo e autoritário que tivemos a oportunidade de ver o Governo apresentar.

Esse pacote vai acelerar o processo de desemprego, além de sacrificar os servidores públicos com o aumento de suas contribuições previdenciárias. Contraditoriamente, isenta Deputados, magistrados e militares desse aumento. É um pacote que produz discriminações até no seio do empresariado: vimos que a questão da extensão da base do COFINS não se aplica às instituições bancárias, mostrando claramente que esse é um governo subserviente aos Bancos, ao sistema bancário nacional. É um pacote que está arrojando municípios e Estados com o aumento da alíquota do FEF. Não podemos permitir que esta Casa, na contramão da realidade nacional e das condições de vida da maioria dos servidores e da maioria dos brasileiros, vote uma proposta que implique aumento de despesas. Sabemos que esse aumento implicará quase R\$50.000.000,00 de aumento dos gastos anuais do orçamento do Estado. Não podemos permitir que seja aprovada.

Mas a questão principal que nos levou a apoiar a inversão da pauta é que, hoje, mais do que nunca, em vez de criarmos outro Tribunal de Contas, temos que repensar a estrutura da fiscalização das contas do Estado de Minas Gerais. Temos um Tribunal que não tem problemas de morosidade nem de atraso na análise das contas ou nas investigações a que procede. Tanto que mostramos, hoje à tarde, que 90% das contas dos municípios estão em dia, na análise da 1ª Câmara do Tribunal de Contas, que cuida dos feitos municipais. O problema talvez seja de cunho político, e, por isso, processos de algumas cidades não andam. Citei o caso de Contagem, onde, desde 1983, nenhum processo foi julgado nem analisado pelo Tribunal. E 1983 marca a ascensão ao poder do ex-Governador Newton Cardoso como Prefeito. É um absurdo que isso aconteça.

Por tudo isso, acho que temos de repensar a estrutura dessas contas. Não podemos ter Conselheiros indicados por critérios políticos, por Governadores ou Deputados. Temos de ter concurso público para a indicação dos Conselheiros, como acontece na Espanha, onde o Tribunal de Contas não é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas parte integrante do Poder Judiciário, sendo os Conselheiros aprovados em concurso e garantindo-se a autonomia e a isenção deles para analisar qualquer conta. Belo Horizonte está com a análise de suas contas em dia, e Contagem não tem suas contas analisadas desde 1983. Nenhuma das contas desse município está sendo analisada.

Então, se temos um "Tribunal de Faz de Contas", não solucionaremos esse problema criando um "Tribunal de Faz de Contínhas", porque, na origem, o vício será mantido. De alguma forma, temos de modificar isso. Longe de nós fazer qualquer crítica aos companheiros e colegas que defendem a criação desse Tribunal. Mas, se houver boa-vontade em solucionar o problema e em agilizar, vamos modificar o "Tribunal de Faz de Contas" que aí está, vamos dar-lhe autonomia e estabelecer concurso público para a escolha dos Conselheiros. Aí, sim, teremos uma estrutura mais ágil, teremos outro perfil no Tribunal. Muitas vezes, o Tribunal analisa contas sem ir, "in loco", verificar a situação de licitações e obras feitas nos municípios. A isso somos contrários.

E digo mais: da forma em que se encontra o Tribunal hoje, em vez de aumentarmos R\$50.000.000,00 em despesas, talvez devêssemos economizar R\$100.000.000,00, porque é desnecessário da maneira como está. Então, somos contra a criação de outro modelo viciado e queremos aprofundar essa discussão. Como dizia hoje o Deputado Miguel Martini, nosso colega na Comissão de Fiscalização Financeira, há 2 anos já anunciava a necessidade de uma mudança mais radical, tendo mesmo apresentado uma proposta de emenda à Constituição para que o Tribunal tivesse outra postura na análise dos feitos municipais e estaduais.

Daí a nossa posição contrária. Hoje, no jornal, um Conselheiro, se não me engano o Conselheiro Sylo Costa, afirma o que estou dizendo, que não há atraso nas análises de contas, que o Tribunal cumpre todos os seus feitos dentro do prazo. Cito, aqui, para provar isso, alguns dados importantes:

Em 1996, foram julgados 704 processos na 1ª Câmara, foram feitas 782 inspeções nos municípios. Praticamente quase todos os municípios foram inspecionados. Em 1997, tivemos o julgamento de 1.724 processos, tivemos 963 inspeções e 837 pareceres prévios. Mais de uma inspeção por município. No primeiro semestre de 1998, tivemos 904 processos julgados, 936 inspeções, mais de uma por município, 804 pareceres prévios, quase uma por município.

Então, o problema não é morosidade, o problema não é dar agilidade ao Tribunal, o problema não é querer transparência e moralidade na prestação de contas. Se assim o fosse, modificaríamos esse elefante-branco que aí está, e não criaríamos um hipopótamo para ocupar o mesmo espaço do Tribunal de Contas.

Por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, defendemos a inversão da pauta, que permitirá que a discussão da questão da fiscalização financeira e tributária do órgão auxiliar da Assembléia Legislativa seja feita com a profundidade devida. O Tribunal nem acha que é órgão auxiliar; há momentos em que se considera como órgão autônomo e à parte, mas é órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, como estabelece a Constituição.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queremos encaminhar pela inversão da pauta. Além de considerarmos que a Assembléia Legislativa necessita de mais tempo para fazer uma avaliação e uma análise dessa proposta de emenda, podemos aproveitar a presença de vários Deputados e Deputadas nesta sessão para analisar outros projetos que estão na ordem do dia desta reunião extraordinária.

Estou convencido de que é importante termos esse tempo que a inversão da pauta, nos proporcionará para pensar no momento que vivemos.

Não há dúvida, até para um leigo que passa os olhos pelo orçamento, pelas contas e até pelas dívidas do Estado, de que esse é um tempo em que devemos ser austeros. Devemos ter cuidado com as contas e com os gastos da máquina administrativa, porque não podemos ser, mais ainda, pesados à população do Estado. Por isso, essa avaliação é fundamental, e estamos proporcionando um tempo maior para que todos possam meditar. Não há dúvidas de que o Estado vive uma situação delicada. Ao avaliar as contas podemos ver essa situação. E esse é, sem dúvida, um chamamento para refletir sobre essa situação.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o momento não é oportuno para essa proposta. Os números são claros, e gostaria de mostrá-los, para que todos possam ver a situação em que se encontra o Estado de Minas Gerais. O Estado apresenta uma dívida pública de R\$21.000.000,00; o déficit mensal é de R\$60.000.000,00; o pagamento do serviço da dívida é de R\$700.000.000,00; a dívida com institutos de previdência é da ordem de R\$1.000.000.000,00; a queda prevista de arrecadação do ICMS é de 5%; o comprometimento da receita com folha de pagamento é de 78%; os precatórios devidos pelo Governo do Estado são da ordem de R\$240.000.000,00. São aproximadamente 3.700 processos. A situação relativa ao atraso de R\$1.000.000.000,00 com a Previdência é, sem dúvida, algo que deve preocupar os Deputados e a Assembléia Legislativa. Não há como fugir dessa situação.

Outra questão, que é um desafio para a Assembléia Legislativa, refere-se ao comprometimento da receita do Estado com a folha de pagamento dos funcionários públicos, atualmente em torno de 78%, enquanto sabemos que a Lei Camata obriga que esse comprometimento seja de, no máximo, 60%.

Gostaria de comentar também, Srs. Deputados, a dívida trabalhista do Estado contraída quase em sua totalidade no Governo Newton Cardoso. Atinge a casa dos R\$240.000.000,00. São cerca de 3.700 processos, já transformados em precatórios pelo Tribunal Regional do Trabalho, e não há recurso nesse momento, e, por isso, vem sendo adiado o pagamento desses precatórios.

Temos um déficit previsto para este ano, ou seja, uma despesa superior à receita, da ordem de R\$700.000,00. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não tenho dúvida de que este é o momento de fazermos um apelo aos Deputados, de juntarmos as inteligências desta Casa para uma outra decisão, porque, ao analisar essa proposta de emenda à Constituição e ao analisar esses números, vemos que o quadro financeiro do Estado, infelizmente, está piorando. Creio ser o momento de buscar alternativas, pensar em uma maneira de fazer com que esta situação seja menos grave para a saúde do Estado e do povo. Srs. Deputados, temos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 300 mil desempregados, número assustador. Temos, no Estado, para tristeza de todos nós, 1 milhão de desempregados, número mais assustador ainda. Queria, então, conchamar esta Casa para que possamos, juntos, fazer um esforço de sermos leves para o Estado, buscando soluções para esse quadro que se apresenta preocupante. Preocupa-nos mais ainda pensar que estamos chegando ao momento em que o Estado terá que pagar o décimo-terceiro dos nossos servidores. A situação é delicada para o Estado cumprir esse compromisso.

Já fiz esse apelo, mas gostaria de reforçá-lo, pois penso ser o momento de se retirar essa proposta de emenda à Constituição e pensar em outras coisas importantes para o quadro que estamos vivendo. Devemos usar esse tempo na Assembléia para refletir sobre as soluções para essa situação delicada em que se encontra o Estado. Por isso, gostaria de trazer à reflexão de todos uma proposta de mudança para essa situação. Para começar, pediria a retirada dessa proposta de emenda à Constituição. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, considero muito inteligente e apropriado o requerimento que propõe a inversão da pauta para que essa proposta de emenda à Constituição seja votada em último lugar, até porque todos percebem que é preciso debater mais, que é preciso que cada Deputado tenha mais informações a respeito da proposta. Essa proposta de emenda à Constituição propõe a criação de sete cargos de Juizes, de Conselheiros, dos quais cinco serão indicados pelo Presidente desta Casa e dois pelo Governador do Estado.

Não quero, aqui, Sr. Presidente, entrar no mérito da questão, até porque acredito que o Tribunal de Contas do Estado tem dado brecha para que o povo de Minas Gerais, descontente com esse Tribunal, tenha, no mínimo, uma resposta daquela Casa a respeito do atraso no julgamento de causas tão importantes, porque são processos que julgam aqueles que são o protótipo do povo, que são "poimen" (líderes), que são políticos. Srs. Deputados, a palavra político é a mesma palavra, no grego, designada para aquele que apascenta, para aquele que é modelo. A palavra "poimen" significa líder carismático e carimbo, mostrando que sai tudo igual, ou seja, se o Tribunal de Contas deixa de julgar a corrupção, os crimes que considero hediondos, porque são crimes da cabeça, crimes daqueles que foram investidos para apascentar, para alimentar o povo com justiça, com equidade, com projetos, com iniciativa, com exemplo, e se tornam um exemplo negativo para o País. Não julgaria os apologistas da proposta de emenda à Constituição, porque, ainda que esteja errada a idéia, ainda que seja, como por alguns foi considerado, um projeto casuista, como disse a companheira Maria José Hauelsen, ainda que fosse isso, e não julgo ser, afirmo que o verme só dá onde tem escória, ou seja, faz-se a assepsia e desaparece o verme, a bactéria, a coisa danosa. E, evidentemente, se for danoso, mesmo que o seja, é consequência dos atrasos dos julgamentos do Tribunal de Contas do Estado, que faz com que o povo de Minas Gerais se torne um povo cético com respeito ao juízo dos seus líderes, de seus representantes e, portanto, um povo mais que desconfiado, um povo triste, um povo sem fé.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto propõe uma explicação para o povo, para que esta Casa interfira para melhorar um tribunal, melhorar no sentido de ter o tribunal mais Juizes. Mas, senhores, agora pergunto: seria isso realmente uma solução? Ou seria apenas uma extensão de um erro que já está aí? Vamos examinar.

Sr. Presidente, apresentamos um requerimento no qual fazemos cinco perguntas: qual a posição do Tribunal de Contas do Estado a respeito do projeto que tramita nesta Casa? qual a razão do grande atraso ou dos atrasos nos julgamentos dos processos que lá estão, alguns engavetados por mais de dez anos? Políticos influentes de carreira, ou seja, os Poderes Executivo e Legislativo, têm influência no veredicto ou no trâmite dos processos que lá estão? Porque, se o têm, e o pior é que é público e notório que têm, gostaríamos de ter uma prova cabal do Tribunal de que não existe essa influência, porque isso é um princípio comezinho do direito.

Quando o fato é público e notório, compete ao denunciado provar o contrário. O povo denuncia, por esta Casa, que o Tribunal de Contas do Estado não tem conseguido cumprir nem com um centésimo de sua obrigação de dar ao povo de Minas Gerais aquilo que é tão importante, segundo alguns profetas, como Habacuque, quanto a comida e a bebida. Por isso, Jesus diz: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça". O nosso povo tem sentido fome e sede de justiça.

Senhores, parece uma maldição que pesa sobre a Nação inteira, porque quase todos os tribunais atrasam. Hoje, por exemplo, vimos uma reportagem em um grande jornal, na qual se relata que uma associação chamada Cafezal recebeu a denúncia de um Vereador, de que o seu Presidente, com a verba que recebera, de R\$12.000,00, havia adquirido notas frias para justificar a compra de cobertores. Disse, imediatamente ao saber da notícia, que esse Presidente tem de ser punido. Se é verdade que transformou em notas frias, para colocar no bolso - só pode ser -, a aquisição de cobertores que não distribuiu, deve estar na cadeia, deve ser preso. Esse homem é perigoso. Esse homem é um câncer para a sociedade, se assim o fez. Mas, se não o fez, tem o direito de defesa. E fará isso. Poderá processar o Vereador com um processo-crime e uma ação indenizatória, para que, na justiça, se comprove de quem é o erro. É de quem acusa ou de quem é acusado? Ai, sim, trata-se de uma causa que depende de exames minuciosos, para que a sociedade não fique enganada e para que justos não paguem pelos pecadores. Porque não existe a comprovação. Mas o caso do Tribunal é diferente. Compete ao Tribunal - por isso, com humildade, apresentamos um requerimento - provar aqui por quê. Existe uma falha. Existe uma deficiência comprovada e um erro. Há uma doença naquela Casa, porque os processos estão atrasados e muito. Mas pode-se curá-la. Propomos, como membros do corpo da sociedade mineira, colaborar e buscar o remédio, para que o povo de Minas possa respirar tranqüilo, tendo a certeza de que os Tribunais, principalmente o Tribunal de Contas do Estado, que julga as causas dos Prefeitos e dos municípios, sejam um verdadeiro exemplo para o povo, de um Tribunal que funciona, porque julga aqueles que representam o povo, que, portanto, se não forem condenados pelo crime que cometeram, serão exemplos de impunidade para todo o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar favoravelmente esse requerimento de inversão de pauta para que a Proposta de Emenda Constitucional nº48/97, que dá nova redação ao art. 180 da Constituição Estadual, seja em último lugar. Esse requerimento é um procedimento regimental que invoca o art. 233, que trata da inversão de pauta, c/c o art. 229, que trata da aprovação pelo Plenário.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que haja inversão de pauta para que requerimento de tal jaez seja discutido. Esse poderia ser um procedimento corriqueiro, decidido com meia dúzia de palavras, mas isso não acontece quando uma série de oradores desfilam por esta tribuna e esgotam seu tempo regimental de 10 minutos para demonstrar a sua concordância ou discordância. E é sabido que esses parlamentares aqui se utilizam, por meio desse desfile da palavra, de um procedimento também regimental, que é usar o seu tempo para que seja retardada a discussão do mérito da votação do projeto principal, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97, do Deputado Ermano Batista.

Já estivemos aqui em tantas outras ocasiões, durante esta legislatura, quando, com toda a humildade, dissemos para este Plenário, para as galerias, para os colegas, para os funcionários desta Casa, que aqui externamos a nossa opinião para um Plenário inteligente e soberano, respeitável e decidido. E temos a certeza de que as palavras de um simples Deputado, de uma bancada de apenas um Deputado, não têm valor algum para mudar a idéia dos colegas desta Casa. Mas a nossa participação soma-se à de outros colegas, e quase duas dezenas deles tentam impedir, pelo menos por hora, a votação dessa proposta, porque, em verdade, nos foi apresentada em momento inoportuno, e, talvez, até procedimentos futuros da sua execução também sejam inoportunos. Apresentada em um ano pré-eleitoral, no final do ano passado, reapresentada no exercício de 1998 outras vezes, por quase dez vezes foi aqui rejeitada, ou pelo menos obstruída, e voltou às comissões ou ficou sobre a mesa da Presidência. E por que tanta celeuma, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

A imprensa mineira, sempre vigilante, também, tem alertado para os meandros aos quais essa proposta pode levar os Deputados. Temos o dever de zelar por nosso nome e pela imagem do Poder Legislativo. Assim, teríamos que nos aprofundar na discussão de determinados projetos. Já dissemos que as consciências aqui são bem formadas e as opiniões bem delimitadas, e essa discussão que se trava na tribuna de nada adiantará, a não ser na hora do embate final de voto contra voto, em que se decidirá o destino de um projeto de lei nesta Casa. Ninguém é eleito para a Assembléia Legislativa ou para a Câmara Federal sem ser convicto de suas idéias, e, assim, não será um blablablá nesta tribuna que modificará suas opiniões. Por isso mesmo, no exercício de processos obstrutivos, armam-se ciladas, urdem-se armadilhas para que, em momento certo, um projeto seja votado e aprovado ou rejeitado. Esse jogo de empurra-empurra de um projeto ao sabor das palavras dos oradores, que se revezam nas tribunas, existe para que, em determinado momento, submeta-se ao crivo dos Deputados. Temos a certeza de que a proposta de emenda, como já anunciou a imprensa hoje, tem, pelo menos, contra ela 16 Deputados, além de outros, que deixam de aparecer no Plenário por não quererem se expor. Estamos certos de que a sua votação será um embate difícil, de ardis que se defrontarão no momento do voto. Há uma minoria se opondo à maioria, nessa votação, mas, como a proposta de emenda exige um "quorum" qualificado de 48 Deputados, essa minoria pode estar conturbando a maioria. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria isso ilícito? Não fosse lícito, não haveria razão para que o legislador estabelecesse, nas Constituições Federal e Estadual a aprovação de projetos por maioria simples, absoluta ou qualificada. Se isso não ocorresse, estaríamos diante de uma situação em que a maioria, como um rolo compressor, seria capaz de passar por cima de todos os obstáculos. Daí a preocupação do legislador em determinar "quoruns" qualificados para aprovação de alguns projetos. Por isso mesmo temos aqui essa quantidade de oradores se revezando para que, em determinado momento, possamos chegar a um confronto final, por meio do voto. Assim, estamos a favor do requerimento que solicita a inversão da pauta desta reunião.

Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, pois não há em Plenário o número de Deputados exigido pelo Regimento Interno.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, gostaria que se fizesse a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai solicitar ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 35 Deputados. Não há "quorum" para votação, mas o há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcelos, que altera a composição do Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, que relaciona os municípios que compõem o Colar Metropolitano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação. Em discussão.

Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Gostaria de formular uma questão de ordem à douta Mesa, perguntando se o Deputado não teria 1 hora. Como é outra reunião, acredito que é outra discussão, e o tempo do Deputado Raul Lima Neto deveria ser de 1 hora, e não de 37 minutos, porque está refazendo a discussão. Acho que as explicações dele estão esclarecendo muito a questão da proposta de emenda à Constituição do Deputado Ronaldo Vasconcelos. Quero perguntar à Mesa se não seria o caso de zerar o cronômetro, para que o Deputado tivesse 1 hora de prazo.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao ilustre Deputado que estamos em prosseguimento de discussão e restam 37 minutos para o Deputado Raul Lima Neto.

A Deputada Maria José Hauelsen - Deputado, agrada-me escutar a sua fala, sobretudo sobre um tema que considero difícil: discutir esse projeto do Deputado Ronaldo Vasconcelos. Assim, acredito que outras pessoas deveriam estar escutando-o, e não há "quorum" para isso. Portanto, Sr. Presidente, Deputado Geraldo Rezende, pedimos-lhe que encerre de plano a reunião, porque não há mais "quorum" para discussão.

O Deputado Antônio Júlio - Com todo o respeito que temos à Deputada Maria José Hauelsen, estamos atentos ao discurso do Deputado Raul Lima Neto. Assim, solicito de V. Exa. que deixe o nobre Deputado terminar seu discurso, pois a maioria dos Deputados, apesar de serem poucos, estão atentos à bela exposição.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para continuar a discutir a matéria, o Deputado Raul Lima Neto, que ainda dispõe de 37 minutos.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras, continuando a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcelos, que dispõe sobre o Colar Metropolitano de Belo Horizonte, quero dizer que o nobre companheiro Deputado Ronaldo Vasconcelos, numa preocupação com a Capital mineira, numa preocupação em fazer justiça, incluindo dois municípios no Colar Metropolitano, demonstra que Belo Horizonte precisa ser analisada pelos responsáveis pela cidade e, portanto, pela "polis", pelos políticos, no que tange ao seu Colar Metropolitano, no que tange à cidadania daqueles que moram na cidade, que são belo-horizontinos, no que tange ao nosso trânsito, à existência de linhas de ônibus atendendo aos municípios que compõem o Colar Metropolitano, e nos leva a uma reflexão sobre a nossa cidade.

Posso falar sobre Belo Horizonte com certo conhecimento, porque já moro há 31 anos na Capital mineira. E percebemos uma coisa. É preciso que o Prefeito, os Secretários, os Vereadores e também nós, Deputados mineiros, porque também residimos e trabalhamos na Capital, possamos refletir sobre alguns pontos importantes em nossa cidade.

É certo que se pretende concluir as peças, ou seja, os municípios que compõem o Colar Metropolitano, mas é certo, também, que precisamos analisar para que as cidades satélites, que compõem com Belo Horizonte a Região Metropolitana, tenham orgulho de pertencer a uma Capital como a nossa.

Entretanto, Srs. Deputados, precisamos orientar, já que não podemos fazer porque não temos poder para tal. São medidas pequenas, que precisam ser tomadas imediatamente. Uma delas seria colocar placas direcionais para aqueles que vêm à nossa Capital. Não sei se os senhores já perceberam, mas Belo Horizonte é a Capital mais mal-sinalizada do nosso País. Em outras Capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Curitiba, qualquer pessoa, de carro, saberá chegar a qualquer bairro ou ao centro. Elas sabem entrar e sair dessas cidades porque as placas sinalizam com exatidão. Em Belo Horizonte, infelizmente, acontece o contrário. Aqui, quantos moradores ficam irritados porque se perdem e não conseguem chegar ao seu destino por falta de sinalização adequada? Se decidem seguir a orientação das placas, podem ter a certeza de que errarão e não chegarão ao seu destino. Recentemente, estava vindo pela Av. Pedro II e observei que, antes da Av. Carlos Luz, à direita de quem vem do Bairro Alípio de Melo, há uma placa dizendo: Pampulha à direita. Ou seja, você tem que entrar duas ruas à direita, percorrer duas ruas, entrar em uma rua paralela e, no segundo quarteirão, descer e pegar o sinal que leva à Av. Carlos Luz. Se a pessoa seguir a placa, vai parar no Padre Eustáquio. E assim são todas as placas desta cidade. Não existe preocupação com a educação na sinalização, até para que a nossa cidade seja louvada por aqueles que aqui vêm. E moradores de cidades que compõem o Colar Metropolitano chegam aqui e ficam totalmente embaraçados se não conhecem a cidade. As placas direcionam para o lado errado. Veja o horror do nosso trânsito.

Srs. Deputados, há muitos anos havia um órgão chamado METROBEL, que se propôs a sinalizar as ruas de Belo Horizonte. Naquela época, havia uma influência filosófica comunista tão grande na direção da METROBEL que, não entrando no mérito da filosofia comunista, havia uma reação contrária daqueles homens às pessoas que possuíam carro.

Achavam que aquelas pessoas que tinham carro eram privilegiadas e deveriam sofrer as consequências do privilégio. Só pode ser isso, deveriam ser penalizadas pelas transversais, pelas calçadas no meio das ruas e pela falta de retornos. Às vezes, os motoristas desavisados passam por uma única placa que sinaliza o sentido que devem tomar. Quantas vezes, você erra na Via Expressa e tem de ir ao Bairro Água Branca para retornar! O trânsito de Belo Horizonte está caótico, e só serão beneficiadas as cidades-satélites ou só serão honradas em fazer parte de nossa Capital, se tiverem a exemplo de uma Capital sinalizada, humana, e que trata com educação todos aqueles que usam o seu trânsito. Na verdade, o que percebemos é o contrário, é a irritação, os buracos, as faltas de retorno, uma desumanidade para com aqueles que possuem veículos. Por quê? De certa forma, posso até compreender a mentalidade daqueles que traçaram a cidade dessa forma. Na época, talvez fossem seguidores de uma filosofia marxista, totalmente retrógrada, seguidores de um pensamento que nem Marx teve, ou melhor, seguidores da forma, portanto, conformados com a situação peculiar do nosso povo, ou seja, um pequenina classe tentou fazer uma

cidade para pedestres. Mas, senhores, o automóvel, o veículo automotor, o uso de carros não é lazer. O automóvel, em qualquer país que prosperou, é um instrumento necessário a qualquer cidadão. Mas, nosso País, não há essa mentalidade, porque é muito pequena a camada que pode adquiri-lo. As outras camadas não são incentivadas a adquirir riquezas, ao contrário, são oprimidas, exortadas a permanecer na situação em que estão. A classe consumidora, a classe média, continua a ser uma classe explorada. Na classe média, alguns podem adquirir carros e, quando o fazem, sofrem, na Capital mineira, uma espécie de pena por tê-lo feito. Creio que o projeto do companheiro Ronaldo Vasconcellos, que dispõe sobre o colar metropolitano, é um primeiro chute na bola para que se faça uma apurada pesquisa em nossa cidade, para se chegar a conclusões que beneficiem o povo belo-horizontino, todos aqueles que passam ou moram por aqui. Senhores, mesmo em simplicidade, esse projeto é importante.

O projeto que dispõe sobre a equidade no tratamento dos municípios que compõem o colar metropolitano é um projeto honesto, razão pela qual seu autor é também um político honrado, um Líder do PL, um homem que tem tomado posições em favor do povo. Em seus pronunciamentos, em conversas que já tivemos, tem-se postado sempre ao lado da justiça. Todos sabem que usar uma hora nesta tribuna, num final de noite, é cansativo, mas todos sabem que esta atitude é necessária para que este Poder possa cumprir o seu ministério de legislar e de propiciar, pelo debate, pela obstrução, em que companheiros sobem aqui e não jogam palavras fora, mas falam de coisas que interessam ao parlamentar, buscando um melhor posicionamento. Chegamos à conclusão de que os companheiros nos compreendem, mesmo que alguns tenham posição adversa deste Deputado e sejam favoráveis a esta proposta de emenda à Constituição que estamos obstruindo. Devemos fazer uma sabatina do Tribunal de Contas para que o povo de Minas Gerais aplauda, ovacione a decisão, a posição tomada por esta Casa. Não podíamos deixar a questão passar dessa forma, razão pela qual aproveitamos cada oportunidade para obstruir, na esperança de que os demais Deputados façam uma reflexão. E mesmo aqueles que são radicalmente favoráveis a esta proposta de emenda à Constituição, do Deputado Ermano Batista, que nesta noite estava sobrestando a pauta, mas que foi mudada por inversão de pauta proposta no requerimento do Deputado Marcos Helênio, poderão repensar a questão. Tenhamos todos tempo para uma reflexão maior do que a que estamos fazendo.

Srs. Deputados, esta Casa é observada, observada por Deus e pelos homens. A responsabilidade que pesa sobre cada um de nós é muito maior do que a que imaginamos, razão pela qual chegou um dos maiores teólogos do mundo, o apóstolo São Paulo, a dizer: "Não queirais ocupar posição de destaque na politiquêia, não queirais ser mestre, porque o juízo que pesará sobre cada um de vós será muito maior por parte de Deus". Aquele que dá os talentos também cobra a sua aplicação. E o maior de todos os políticos, Jesus Cristo, e quando digo isso faço-o não só tentando resgatar a imagem deste vocábulo tão importante: o político, como também tentando sensibilizar o coração de cada um dos senhores, porque, se política é a arte de apascentar o povo, de governar a cidade, digo que ninguém apascenta melhor e governa melhor toda a criação do que Deus. Portanto, é um político. E Ele nos ensina a pensar.

Um dos maiores filósofos da Antiguidade, Salomão, certa feita disse que o homem precipitado erra, que o estulto é aquele que vota e só depois reflete no que votou. Estulto é aquele que vota e, só depois, reflete no que votou, repito. Seja um voto propondo leis, seja um voto a Deus. Deus nos fez à sua imagem e semelhança e, portanto, nos fez seres racionais, com capacidade de ler por dentro, de examinar e de meditar. Será que temos meditado na vocação tão importante que Deus nos deu? Será que temos refletido em cada projeto que chega aqui? Se o projeto irá beneficiar ou oprimir o povo, se irá beneficiar toda a população ou uma pequena categoria, um pequeno grupo, o que significa discriminação e pecado, porque todos somos membros de um corpo só. O autor desse projeto é o mesmo que se posicionou também, comigo e com outros Deputados, contrário à manutenção da subvenção social, favorável a nosso Governador, que teve uma preocupação muito maior com este Poder e com os demais Poderes, sabendo que este Poder é norteador, moderador e fiscalizador, é o Poder da palavra, e não pode ser castrado por um compromisso que não nos compete: a distribuição da subvenção social. Até porque todos sabemos, ainda que queiramos esconder, que essa distribuição, por aqueles que têm uma função tão grande, que têm tantas obrigações e tantos projetos para refletir e pensar, sem dúvida, não terá condição de fiscalizar aqueles que malversam a coisa pública, aqueles que pecam tremendamente contra Deus, usando a subvenção social. Um colega disse-me que isso não é cristão, ser contra determinados projetos em detrimento do coração de alguns companheiros que sabem que os amo. Quando digo amar, digo amar em Cristo. É ágape. Outro disse-me que a própria Bíblia permite-nos isso, porque São Paulo disse que é miserável o homem que diz: "quem me livrará o corpo dessa morte, o que quero, não faço, e o que não quero, faço. Porque, quando quero fazer o bem, encontro em meus membros uma força contrária ao meu querer." Mas não foi assim que Paulo quis dizer. Fazia uma comparação entre o homem carnal e o espiritual, porque conclui no Capítulo 8, dizendo: "Mas, graças a Deus, pelo Espírito Santo de Deus, que nos conduz pelo caminho da verdade". É o caminho da verdade que o Estado de Minas Gerais poderá seguir, nos próximos quatro anos, mesmo não fazendo parte desta Casa nem do Governo, porque nunca coloquei condição para apoiar quem quer que seja. Se o fiz, foi por convicção de uma mudança melhor para o nosso País. Essa mudança só acontece quando, no nosso coração, experimentamos a mudança interna, de saber que somos responsáveis, quando ficamos de pé, quando ficamos assentados, quando votamos "sim", ou quando votamos "não".

Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras, a minha posição é favorável a esse projeto. Até porque, por mais simples que seja, dispondo sobre o colar metropolitano, também torna-se uma inspiração, para que possamos examinar melhor todas as nossas atitudes e o que aqui votamos.

Minhas senhoras e meus senhores, sei que o homem será julgado pela palavra frívola que sai de sua boca, porque a palavra é eterna. A palavra não pode ser destruída. A palavra pode ser gravada, se não no gravador, vai embora, pode bater e explodir em forma de eco, ela sobe. A palavra é tão séria que temo, às vezes, quando subo aqui, mesmo fazendo longos discursos - e curiosos, aos ouvidos de alguns -, sempre me preocupo em dizer a verdade, em dizer o que penso. E dizendo a verdade que penso, e tomando Deus como testemunha que me sonda o coração, quero dizer que tenho o maior respeito por cada um dos senhores, que tenho respeito pelo ponto de vista de cada um dos senhores. Respeito o ponto de vista, por exemplo, do nosso companheiro Antônio Júlio, que, sendo do PMDB, do partido do Governador, já se posicionou contrário aos seus pronunciamentos, mas acredito e tenho a certeza absoluta de que o companheiro respeita e admira muito o Governador Itamar Franco. Mas, Antônio Júlio, tenho a convicção absoluta de que pode me convencer e de que posso convencê-lo, se dissermos a verdade, se não houver no nosso coração nenhum interesse casuista, pessoal, mas apenas uma reflexão e um conhecimento de que estamos sendo observados e tudo está passando. Daqui a quatro anos - com ou sem mandato os quatro anos vão passar da mesma forma -, o rastro ficará. Acreditamos numa mudança já, quando vemos o Governador do Estado dizer, não com agressividade, mas com humildade, que honra esta Casa e que é contrário à distribuição das subvenções pelos Deputados. Sabemos que, às vezes, na calada da noite, a liberação de uma verba pelo Poder Executivo pode levar nosso coração a pender para determinado projeto. Isso não pode haver. Temos de estar acima de qualquer influência, por isso temos um salário bom, temos uma renda boa. Evidentemente, sabemos que essas liberações de verbas têm sido aplicadas por muitos Deputados corretamente, com preocupação, mas afirmo que, por mais preocupação que tenham, V. Exas. ou param de trabalhar no Poder Legislativo ou vão se dedicar a fiscalizar as verbas nas várias associações para as quais as distribuem. Não somos um corpo preparado para isso, não somos um corpo cuja função é essa. Somos, sim, um corpo diferente, um corpo preparado para fiscalizar, há os que são preparados para isso. Um corpo preparado para, inclusive, votar o orçamento do Estado e trabalhar para que, pela influência e pelo compromisso com aquele que nos elegeu, com o nosso povo, e a nossa região, o Governador aplique lá, porque compete à S. Exa., o Governador, fazê-lo, compete ao Executivo, às Secretarias e aos departamentos existentes para isso.

Senhores, senhoras, sou favorável ao Projeto de Lei nº 36/98. Sou favorável a qualquer iniciativa que venha beneficiar o povo de Belo Horizonte e venha, no mínimo, amenizar, porque poderíamos, se quiséssemos, eliminar nesta nossa cidade as agruras daqueles que usam nossas ruas e o nosso trânsito. Somos favoráveis a qualquer iniciativa em que o Executivo seja o principal aplicador do bem estar do povo e não do mal-estar, porque, às vezes, somos tão cegos pelas coisas que nos circundam que esquecemos que, muitas vezes, poderíamos influenciar governos a mudarem de atitude, porque o coração de um governante está nas mãos do Verbo.

Para onde quiser, o Verbo o inclina, pois está nas mãos de Deus, que nos constituiu para fazer isso. Ora, quanto desperdício de dinheiro! Nem percebemos que, nesses quatro anos, as empresas estatais, como a COPASA-MG e tantas outras, continuaram poluindo nossos rios, neles jogando detritos. Os Governos passados roubaram da COPASA-MG e, com esse dinheiro, poderiam colocar filtros para começar o PROSAN, que foi tão usado de forma incorreta. Em um país sério, não poderia ser usado em propagandas, em novelinhas, como foi, sendo que não foi executada nenhuma das obras. Não se trata de querer bem ou mal a um Governador. Queremos bem a todos os Governadores, pois foi Deus quem os constituiu. Mas se trata de ter um compromisso com a verdade ao ponto de, no temor de Deus, cumprirmos o que diz o Provérbio 28: "O que teme a Deus pejeja contra o perverso, mas o que não teme termina dando glória àquele que comete a iniquidade".

Questão de Ordem

O Deputado Péricles Ferreira - Conforme já foi colocado pelos ilustres pares desta Casa, entendemos que essa fala é extremamente importante para todos nós. Assim, solicitaríamos a V. Exa. que procedesse à recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai solicitar ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição do "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 15 Deputados. Não há "quorum" para o prosseguimento dos nossos trabalhos. A Presidência informa ao Deputado Raul Lima Neto que ele ainda dispõe de 1 minuto e 30 segundos para continuar a discutir a matéria.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvocar a extraordinária de amanhã, dia 5, às 9 horas, e convocando os Deputados para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 307ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 11/11/98

Presidência do Deputado Tarcísio Henriques

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de Ordem; chamada para verificação do número regimental; existência de "quorum" para discussão - Discussão de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36/98; discurso do Deputado João Leite; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de "quorum" para continuação dos trabalhos; discurso do Deputado João Leite; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Gilmar Machado; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adatao - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Benê Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Ermano Batista - Geraldo Nascimento - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Isabel do Nascimento - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Tarcísio Henriques) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ibrahim Jacob, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, estaremos agora votando propostas de emenda à Constituição, que exigem "quorum" qualificado. Solicitaria a V. Exa. a verificação de "quorum" para que pudéssemos dar início a essa votação.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para verificação do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados. Não há "quorum" para votação das propostas de emenda à Constituição, mas o há para discussão das demais matérias constantes na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que altera a composição do Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, que relaciona os municípios que compõem o Colar Metropolitano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para continuar a discuti-lo, o Deputado Raul Lima Neto, que dispõe ainda de um minuto e trinta segundos. Com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes nesta sessão plenária, gostaria de fazer a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que altera a composição do Colar Metropolitano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/1993.

- O Projeto de Lei Complementar nº 36, lido pelo Deputado João Leite, foi publicado na edição do dia 20/6/98.

O Deputado João Leite*- Essa proposta de lei complementar tramitou na Assembléia Legislativa e vem agora ao Plenário da Casa para receber a aprovação dos Srs. Deputados. Consideramos essa proposta importante. Sabemos que Belo Horizonte não pode ser pensada isoladamente, já que é uma cidade que cresce cada dia mais, necessitando de integração com as outras cidades que compõem a região metropolitana e também o colar metropolitano.

É oportuna, sem dúvida, a proposta do Deputado Ronaldo Vasconcellos porque tivemos a retirada de alguns municípios do colar metropolitano, para que ingressassem na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É o caso específico de Florestal e de Rio Manso. A região do Município de Rio Manso é muito importante para Belo Horizonte, já que Rio Manso é uma das caixas d'água da região, onde a região metropolitana e mesmo a cidade de Belo Horizonte buscam a água para a sua sobrevivência. Então, nada mais justo que Rio Manso faça parte dessa região metropolitana e do planejamento de saneamento básico e de preocupação também com o meio ambiente, para resguardarmos esse bem tão precioso que temos na região de Rio Manso, que é a água que serve Belo Horizonte.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado João Leite, ao comentar esse projeto do Deputado Ronaldo Vasconcelos, V. Exa. foi muito feliz em citar que Rio Manso justamente passa a fazer parte do colar metropolitano, pelo fato de que a água que a COPASA faz chegar às nossas torneiras vem de Rio Manso. Nada mais justo, portanto, que esse município fizesse parte do colar metropolitano da Capital mineira.

Mas é muito importante aproveitarmos esse momento para discutir esse assunto, porque V. Exa. tratou do tema, e talvez o Deputado Ronaldo Vasconcelos tenha incluído Rio Manso exatamente por esse motivo. Sabemos que o autor do projeto é um ambientalista, assim como V. Exa. E Rio Manso é uma cidade que se pretende incluir no colar metropolitano porque ali está a caixa d'água da cidade de Belo Horizonte. Mas, vejamos bem, o desperdício que temos, às vezes, nas águas que chegam às nossas caixas d'água e às torneiras do povo belo-horizontino é responsabilidade das instituições e dos órgãos de saneamento básico. A COPASA e o Estado têm grande dispêndio para fazer o reprocessamento da poluição das águas que são jogadas no nosso rio Arrudas, no rio das Velhas e no rio São Francisco. Seria um bom momento para reflexão do Prefeito de Belo Horizonte, do nosso Executivo Estadual, para que tome providência a fim de que nossas águas não sejam tão poluídas, tão sujas, tão envergonhadoras do nosso Estado, como são as águas dos rios que cortam a cidade de Belo Horizonte. Não temos aqui sequer um rio límpido. Temos, lá, o rio Manso. Ora, Belo Horizonte tem tantas águas: o rio do Onça, o rio Arrudas, que já foi decantado, citado inclusive por poetas como um rio lindo, onde se pescava, um rio de águas cristalinas. Ora, no momento, estamos tendo a possibilidade de trazer as águas do rio Manso para cá. Mas, mesmo essas águas, que chegam aqui limpas, vão cair no rio das Velhas, no rio São Francisco, como águas imundas, totalmente poluídas e não tratadas pelos órgãos responsáveis pelo saneamento básico das nossas águas, nesse caso, pela COPASA.

Veja bem: Belo Horizonte é beneficiada pela caixa d'água de Rio Manso. No entanto, todo o Estado de Minas é perturbado pela caixa d'água de Rio Manso. Isso porque as águas que vêm de Rio Manso e abastecem a cidade de Belo Horizonte são jogadas nos rios das Velhas e São Francisco, por meio do rio Arrudas, como águas sujas: águas de hospital, sem tratamento nenhum, portadoras de bactérias, de doenças incuráveis, que estão apodrecendo o Estado de Minas Gerais. Deveríamos tomar como exemplo a cidade de Rio Manso. E Belo Horizonte tem condições de fazer isso, se quiser, tranquilamente. Precisamos sanear as nossas águas, de modo que o nosso Estado seja abençoado por Belo Horizonte, e não amaldiçoado. Porque o que está acontecendo é isso.

Eu estava no Norte de Minas, agora, vendo o São Francisco mais uma vez, conversando com algumas pessoas na Ponte de Mariano da Cruz, que vai para Januária. Aquele rio, João Leite, já foi um dos mais formosos do mundo. Hoje, mesmo nas enchentes, ele desce sujo, fétido. Para vocês terem uma idéia, a cidade de Belo Horizonte, que recebe de uma cidadezinha como Rio Manso águas puras, joga no rio São Francisco, o Rio da Integração Nacional, que deveria ser uma atração turística, porque é cheio de peixes, mais de 3.000.000 de toneladas de dejetos humanos todo dia. Toda descarga feita em qualquer casa ou hospital de Belo Horizonte desce direto para o Arrudas, sem nenhum tratamento, e vai para o rio das Velhas e para o São Francisco.

O nobre companheiro Ronaldo Vasconcelos, quando incluiu Rio Manso no colar metropolitano, citou com muita propriedade que, talvez por isso, Rio Manso tenha motivos para fazer parte desse colar, o que muito nos orgulha, porque é uma cidade que nos abençoa com as águas que bebemos. Mas, quanto ao princípio do "dai e ser-vos-á dado", Belo Horizonte poderia dar exemplo para todo o País. No entanto, tem dado exemplo de tristeza, de dor, retratando para todos aqueles que examinam os nossos rios, o nosso meio ambiente, o atraso do nosso povo, retratando, inclusive, a poluição, porque, assim como a justiça exalta qualquer nação, a poluição é a vergonha dos povos. Aliás, a poluição e a corrupção correm juntas. Você chega perto do rio Arrudas e vê o lixo correndo. Certa vez, uma perna humana caiu dentro dele. Parece-me que caiu do Hospital Felício Rocho. Quando alguém vê isso e tem capacidade de definir o Estado pelo seu meio ambiente, fica estarecido. São Francisco Xavier já dizia isso. O Padre Antônio Vieira já dizia que a poluição e a corrupção correm juntas. Você vê uma cidade que joga o lixo dentro dos rios, que não o trata. Se não o tratam, que pelo menos fizessem fossas sépticas grandes, que tivessem caminhões que sugassem toda essa sujeira. Hoje já existem bactérias que podem limpar fossas, mas não cuidamos disso. Jogamos toda essa imundície nos nossos rios. Diria que jogamos isso na jugular do nosso País, porque os rios são como as veias desse corpo que é o planeta Terra. Jogamos neles toda a sujeira, toda a poluição, toda a imundície, demonstrando que, no mínimo, há corrupção. Quando cuidamos da terra, recebemos retribuição. A terra não somente vinga, mas retribui. Deus não fez nada morto, mas tudo vivo. Alguns ambientalistas referem-se a ela como "mãe terra e pai cosmos". Na verdade, ela não tem poder divino. Ela é viva. A natureza é viva, mas está sujeita ao homem. Deus fez o homem como principal criatura. Ele não fez o homem para a terra, mas a terra para o homem. Ele fez o homem do pó da terra. A nossa constituição física, feita de cobre, zinco, manganês, ferro, tem a mesma constituição da terra. Essa é a constituição da carne humana, somos pó, mas fomos feitos para cuidar da terra, para abençoá-la, para colaborar com a natureza, até para sará-la, se estiver doente. A natureza também adocece, fica velha. Podemos curá-la. Às vezes, desvios da natureza, como a erosão, podem ser reparados pelo homem. Nós, belo-horizontinos, e eu, que, com muita honra, considero-me um belo-horizontino, pois estou aqui há 39 anos, podemos afirmar que nos sentimos envergonhados, porque a Capital mineira tem sido o maior paradigma de sujeira, de porcaria, de desrespeito e de humilhação para o povo de Minas Gerais. A maior empresa de saneamento básico estatal é a principal poluidora do Estado. É um paradigma de dor e vergonha para o nosso povo. Quem sabe, na inclusão de Rio Manso no colar metropolitano, possamos fazer uma pequena reflexão: como Rio Manso tem abençoado Belo Horizonte, nossa cidade tem condição de abençoar o resto do Estado, e não amaldiçoá-lo com a sujeira que vem fazendo. Recebe águas limpas e joga águas sujas, porcas e doentes nos nossos rios, adoecendo o resto do nosso Estado e outros Estados por onde passa o São Francisco.

O Deputado João Leite* - Agradeço o aparte do Deputado Raul Lima Neto, que traz grande contribuição a esta reflexão que fazemos da tribuna em relação ao projeto do Deputado Ronaldo Vasconcelos, que traz modificação no colar metropolitano.

Quero apenas dizer ao Deputado Raul Lima Neto que, com a saída de Rio Manso e Florestal do colar metropolitano, passam ambos a pertencer à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Aliás, se aproximaram mais.

Em virtude desses argumentos que o Deputado Raul Lima Neto levantou é que sugiro que essas cidades sejam substituídas nesse colar metropolitano.

Portanto, temos a Região Metropolitana e o Colar Metropolitano de Belo Horizonte. E, juntando-se às outras cidades do Colar Metropolitano de Belo Horizonte, temos Bom Jesus do Amparo, Cachoeira da Prata, Crucilândia e Itaguara. Essa foi uma legislação anterior, que fazia uma modificação na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Entram para a Região Metropolitana de Belo Horizonte as cidades de Florestal e Rio Manso. Não tenho dúvida de que, a partir desse projeto, o Deputado Raul Lima Neto levanta algumas questões que são muito importantes para a nossa reflexão.

Como falei no início, não dá para pensar separadamente a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o Colar Metropolitano de Belo Horizonte. Estamos vendo o esforço para a despoluição da lagoa da Pampulha. O problema da lagoa não está nela, está em Contagem. Contagem despeja, por meio do córrego Sarandi e de outros córregos, todo seu esgoto na lagoa da Pampulha. Então, o tratamento tem de ser feito em Contagem. Concorde com o Deputado Raul Lima Neto que tem de haver uma reflexão. Os recursos não têm que ser para uma cidade. Será que a despoluição da lagoa da Pampulha é o mais correto? Ou se teria que fazer a despoluição do Sarandi e dos outros córregos que deságuam na Lagoa da Pampulha?

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Veja bem, Deputado João Leite, V. Exa. aproveita esse tempo para enriquecer com o seu pronunciamento, com a sua reflexão, o povo de Minas Gerais.

Certamente, todos os rios de Contagem, a água de Contagem, devem ser tratados pela COPASA. A COPASA é uma estatal. Na verdade, nós, brasileiros, atacamos muito a estatal e nos isentamos da culpa. Nós é quem devemos tomar imediatamente uma medida para sanar esse problema.

O Deputado não se lembra, mas nossos pais, sim. Estou com 48 anos de idade. Papai estudou e morou aqui por muitos anos e falava sobre a beleza da lagoa da Pampulha, das suas águas tão bonitas, daquele cassino lindo, do museu, da Casa do Baile, etc. A Pampulha era um lugar de atração turística. Hoje, passamos pela Pampulha tapando o nariz devido ao mau cheiro, à podridão que sobe dali. Isso nos humilha. É claro que temos de sanear todos os córregos e rios que deságuam na lagoa da Pampulha, que depois descem e vão poluir, mas poderíamos encantar outros lugares. A Pampulha foi uma dádiva de Deus a esse ponto geográfico chamado Belo Horizonte. A Pampulha é linda. Há algum tempo, quando morava no Bairro Santa Branca, andava de bicicleta com meu filho em volta da lagoa. De repente, tivemos que parar porque ele poderia contrair uma doença, uma hepatite, só de passar por determinados lugares ou se molhasse alguma parte do corpo, porque são as águas mais doentes que temos. Que vergonha, era para ser uma atração turística, o cartão de visita de Belo Horizonte, era para ser o orgulho de todo belo-horizontino, era para ser uma opção de lazer para o belo-horizontino, até pescar, já que ali se podia se criar muitas qualidades de peixe. Se a pessoa comer um peixe da lagoa da Pampulha, pode até morrer. E há muitas pessoas que pescam ali e não morrem. Por misericórdia de Deus, porque ali existem todas as bactérias, sujeiras, etc., que vêm de Contagem.

Belo Horizonte é o retrato maior do que é o nosso Estado. Contagem, ao contrário de Rio Manso, tem, mesmo sem ter conhecimento disso, amaldiçoado Belo Horizonte e a si própria, não tratando das águas dos córregos e dos rios de Contagem que caem na Capital mineira, que é o modelo para todo o Estado. É o modelo. Pela capital se define o Estado. Quem sabe é hora de as autoridades de Contagem refletirem? De uma reflexão do nosso Governo sobre a empresa de saneamento básico que está aí apenas para ter lucro, e lucro absurdo. Que está aí para servir de cabide político. E alguns, como o Presidente da COPASA - por quem tenho muito respeito -, não têm a menor visão ambientalista. Certa vez, em São Francisco, eu disse a ele: Presidente, olha para esse rio. Veja ali como está a poluição. Todas as cidades ribeirinhas estão jogando esgoto direto no São Francisco. Isso não se

fazia antes. Tivemos um debate em São Francisco sobre o meio ambiente, promovido pelo Ministério Público daquela época, e chegamos à conclusão que não havia como combatê-la. É a verdade. Não se consegue combater a verdade. Há 40 anos não se jogava esgoto no São Francisco. Eram fossas assépticas. Não tínhamos a tecnologia que temos hoje, não tínhamos a informação que temos hoje, não tínhamos as estradas que temos hoje, e a região do vale do São Francisco produzia mais de 50 vezes o que produz hoje. Januária, São Francisco, Manga eram verdadeiros celeiros de produtos da terra. Eram frutas, temperos, pimenta, algodão, rapadura, aguardente, enfim, era uma riqueza. A cidade de São Francisco já foi um dos grandes portos do nosso País. Mas, de repente, começamos a jogar esgoto no rio. O Governo, que deveria reprimir quem faz isso, tornou-se o maior exemplo e jogou o esgoto no rio de todas as grandes cidades, inclusive, de Belo Horizonte. De repente, começamos a desmatar e, não estamos percebendo, porque essas coisas cegam o homem. Aliás, o deus, com letra minúscula, deste século, a ganância, o diabo, cegou o entendimento dos incrédulos para que não resplandecesse a glória do Evangelho para eles. Conseqüentemente, hoje temos tecnologia mais avançada, temos mais estradas, mas temos mais "stress", mais tristeza, mais miséria, mais fome. O nosso povo está padecendo. Já percebeu que se cuidarmos da Terra que Deus nos deu estaremos cumprindo um mandamento bíblico, que é o primeiro, e que V. Exa. sabe muito bem que antes de haver o Pentateuco, quando Deus fez o homem, ele disse: "Crescei, multiplicai e governai a terra, e cuidai da terra". Estamos descuidando-a, atacando-a e, conseqüentemente, vem ao espírito a retribuição, por meio do sofrimento do nosso povo. Fazemos planos, dormimos tarde, levantamos cedo, fazemos pacotes, e nada dá certo. Porque nós, nas nossas ações, somos, na verdade, porcos, irresponsáveis, sujeitos. Penso que esse projeto, ainda mais vindo de um ambientalista amigo, nos traz uma reflexão.

Fez muito bem V. Exa. abordar, creio que até iluminado por Deus, um assunto tão importante. Rio Manso é benvido, é aplaudido por Belo Horizonte, porque ela nos traz águas limpas, enquanto Belo Horizonte leva para todo o Estado as águas mais podres, talvez, do planeta Terra. Muito obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Já que o assunto é extremamente importante, peço o encerramento da reunião, de plano, e que se mantenha o tempo do nobre Deputado João Leite para que ele, posteriormente, possa utilizá-lo.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, temos vários companheiros da Casa nas comissões, por isso, antes de encerrar a reunião, gostaria que V. Exa. fizesse a chamada para recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Miguel Martini) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados. Portanto, há "quorum" para o prosseguimento da discussão. Com a palavra o Deputado João Leite, para continuar a discutir a matéria.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu dizia da importância dessa reflexão sobre a região metropolitana, sobre o colar metropolitano, não apenas na colocação ou retirada de novas cidades, mas que possa ser feito um planejamento dessa região tão carente e importante do Estado de Minas Gerais.

Dizíamos ainda sobre a situação da lagoa da Pampulha, que, segundo dados da Prefeitura de Belo Horizonte, em 1995 recebia por dia, dos córregos do Onça e o Sarandi, 180 caminhões de detrito. Isso criou algumas situações que, podemos perceber, atentam contra a população da Pampulha que ali vive, contra o meio ambiente e até contra um verdadeiro cartão postal de Belo Horizonte. Essa região detém ou detinha o que era a lagoa da Pampulha.

Os detritos lançados por esses córregos na lagoa da Pampulha já produziram uma ilha. Em certo momento, a Fundação Zoobotânica pensou em construir a sua sede sobre essa ilha. Como ela é formada por detritos, teria que ser feita uma fundação muito grande para a estrutura desse edifício. Assim, esse projeto foi abandonado. É fundamental que se pense nessa região demonstrando como podemos ter uma salvação das águas, do meio ambiente, da lagoa da Pampulha, que é tão importante para nós.

Temos acompanhado o esforço do Governo do Estado para sanear o Córrego do Onça. Há recursos para isso. O saneamento tem sido feito, e tem havido esforço para recuperar a lagoa da Pampulha. No atual Governo, em Contagem, cidade em que havia poucas casas servidas de rede de esgoto, agora houve um grande aumento no atendimento das casas por rede de esgoto. Sem dúvida, deve ser feito ainda um esforço com a união dessas cidades, para que se melhore a qualidade de vida da região.

Nesse momento, a nossa região metropolitana sofre por umas questões que consideramos muito graves. Primeiro, o desemprego muito grande e crescente. Pelos números atuais, temos 300 mil desempregados na RMBH. Não temos os números de desempregados no colar metropolitano, mas é um número assustador. Consideramos essa situação social grave.

Juntando a isso, há a questão do meio ambiente tão degradado e atacado nessa região, sem que haja uma reflexão sobre isso. Nós tratamos aqui da questão da água vinda do rio Manso, do sistema do Mutuca, da mata do Cercadinho, enfim, de todos os lugares que compõem essa caixa d'água de Belo Horizonte. O cuidado com essas regiões é fundamental para garantir o futuro da região de Belo Horizonte. Essas águas estão a todo o momento em risco e, por isso, considero muito importante também que se preocupe com o colar metropolitano. Sabemos, por exemplo, que a região de Itaguaraçu de Minas é rica em águas. Não há dúvida de que ela é a futura caixa d'água da RMBH. Então, é necessária a preservação dos rios que compõem a bacia hidrográfica, que compõem todo aquele recurso natural das águas da região de Itaguaraçu de Minas.

Há outras regiões que se preocupam com a preservação. Tenho acompanhado a preocupação do Deputado Paulo Piau em relação à bacia hidrográfica do rio Uberaba. Ele apresenta várias medidas para garantir a água e a qualidade do meio ambiente da região de Uberaba com esse projeto. É um projeto que, sem dúvida, vai merecer desta Casa a atenção, o apoio e a aprovação. Vemos algumas questões colocadas no projeto que preserva o rio Uberaba muito importantes para a RMBH. O Deputado Paulo Piau pretende no seu projeto, por exemplo, que todas as terraplanagens, os aterros e as demais obras de construção civil tenham a devida proteção para o ecossistema e a aprovação prévia pelo órgãos ambientais da região hidrográfica do rio Uberaba. Isso é fundamental. Por que temos tantos detritos vindos pelos córregos do Sarandi e Onça, que deságuam na lagoa da Pampulha? São obras feitas em Contagem sem o cuidado com o ecossistema. Assim, perdemos tudo, as matas ciliares, e não há preocupação com nada. Os detritos que chegam à lagoa da Pampulha, os animais mortos que são jogados nos córregos Sarandi e do Onça, tudo isso vem comprometendo o meio ambiente da lagoa da Pampulha, destruindo-a completamente. Foi muito bem lembrado pelo Deputado Raul Lima Neto, que vem demonstrando sua preocupação com essa questão, que Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que recebe água pura do rio Manso, do Mutuca, do Cercadinho, que estão na região de Nova Lima, joga todo o nosso esgoto no Arrudas, que deságua no rio das Velhas, que deságua no São Francisco.

Eu estava lembrando, Deputado Raul Lima Neto e Srs. Deputados, o que dizia um pesquisador sobre o rio das Velhas. No começo do século, esse rio era navegável até Sabará. Os navegadores vinham pelo São Francisco, entravam no rio das Velhas e chegavam a Sabará. Hoje, nós que usamos a BR-262 e passamos na região de Capitão Eduardo, onde estão dois campos de futebol, o do ICA e de um outro time, passamos sobre a ponte do rio das Velhas e vemos a sua situação, conseqüência do esgoto sem tratamento que recebe de Belo Horizonte. Isso é muito grave. As Comissões de Meio ambiente e de Saúde da Assembléia Legislativa sempre recebem reclamações das cidades ribeirinhas do rio das Velhas. Essas cidades estão enfermas por causa do meio ambiente comprometido com a descarga do esgoto de Belo Horizonte no rio das Velhas, que passa por essas cidades e causa enfermidades em crianças, comprometendo o meio ambiente e a saúde das pessoas que vivem no entorno de Belo Horizonte, tão dura com as populações ribeirinhas, tão cruel com aqueles que vivem às margens do rio das Velhas.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado João Leite, fico observando V. Exa. abordar um assunto que, a princípio, parece até sem muita argumentação para preencher uma hora e concluo que V. Exa. tem se mostrado um político realmente natural, um político na acepção da palavra: "polítiquêia" - o homem da "pólis", da cidade.

Belo Horizonte está ouvindo isso, e temos esperança de mudar nossa cidade, mas essa mudança somente virá quando mudarmos nosso conceito de meio ambiente.

Os senhores já viram aquele tipo de filme em que um bruxo ou uma bruxa entra num lugar, o cenário mostrando árvores caídas, um rio seco e tudo sujo, e que, ao vir uma bênção, de repente, as nuvens fogem, o rei leão começa a rugir e o lugar fica lindo, banhado por um rio cristalino, com peixes saltando de suas águas?

O rio das Velhas era assim. Era um rio que causava alegria e felicidade. O Espírito de Deus retribui também. O rio das Velhas não só era navegável como era uma das correntes de água mais piscosas do mundo. O rio das Velhas era um rio de grandes águas, um rio largo, um rio bonito, de peixes como o curimatá, o dourado, o pacu, o piau, o surubim, o

matrinxã. Sua ictiofauna era riquíssima.

De repente, abriram uma empresa em Sabará. Bradaram: "É emprego, é emprego para 3 mil pessoas" mas é desgraça para 130 milhões de pessoas.

Começaram a sujar o rio das Velhas, e as cidades ribeirinhas, que eram procuradas por turistas do mundo inteiro por causa daquele rio cristalino e cheio de vida, tornaram-se miseráveis.

As empresas têm que seguir um exemplo, e o paradigma quem é? É o político. A palavra "político" vem de "politiqúeia". É carimbo. Nasce tudo igual. E o que as empresas fazem? Poluem. Então, como único recurso, elas pedem uma rede esgoto e jogam seu lixo, sem nenhum tratamento, no rio das Velhas. E, assim, a destruição avança cada vez mais.

No ano passado, fizemos três denúncias de mortandade no rio das Velhas e no rio São Francisco. Houve pessoas, em Várzea da Palma, que desmaiaram de dor ao assistirem a uma cena terrível: a água coalhou de peixes com a cara para fora, tentando respirar e saltando no seco. A água era aquele caldo. E descia de onde? Descia daqui!

Os órgãos responsáveis não apuraram nada. O IEF até hoje não deu nenhuma resposta.

Fizemos uma denúncia sobre o São Francisco, onde o IBAMA local apurou que a Companhia Mineira de Metais, do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, da Votorantin, havia descarregado detritos num canteiro de tratamento no São Francisco e que, por causa disso, 15 mil toneladas de peixes mortos foram retiradas. E isso, em época de piracema. Sabem o que é época de piracema? É o período em que os peixes sobem para desovar; de cada dez, nove são fêmeas. Estava tudo morto e, entre as fêmeas, milhões de ovas roxas, mortas. Até hoje, não se apurou absolutamente nada.

Apresentamos um projeto nesta Casa, que foi aprovado em 1º e 2º turnos, e louvo a Deus pela colaboração de V. Exa., que lhe foi favorável.

Dando um prazo de dois anos para que as empresas se ajustem, o projeto proíbe terminantemente jogar qualquer tipo de detrito e de esgoto que não seja tratado segundo os padrões ambientalistas em cursos d'água e em rios do território de Minas Gerais.

Esta Casa está de parabéns com esse projeto. Projeto que já foi enviado para S. Exa. o Governador, e não é possível vetá-lo. O CEFET, os órgãos e as universidades que examinaram esse projeto, entre eles o Prof. Ivo Chagas, considerado uma das maiores sumidades em cerrados e em meio ambiente da face da terra, estudou na Sorbonne, o categorizaram como um dos melhores projetos que conservam as nascentes, as jusantes, os nossos rios, os nossos cursos d'água. O nosso Estado de Minas Gerais está de parabéns pela iniciativa desta Casa, que aprovou esse projeto. Está de parabéns por ter um Deputado como V. Exa., que, sem dúvida, é uma esperança para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Agradeço a intervenção do Deputado Raul Lima Neto e o resgate de tantos projetos que tramitam nesta Casa e que são importantes para a qualidade de vida da nossa população e para o futuro dos nossos filhos e do meio ambiente. Essa é a preocupação que Minas Gerais tem e que todos nós devemos ter. Devemos pensar no meio ambiente, pensar na vida que cresce nesse meio ambiente que, infelizmente, a cada dia está comprometido por essa ação nefasta de pessoas que não têm compromisso com o futuro, não têm compromisso com a vida nem com o meio ambiente.

Estamos acompanhando agora, Deputado Raul Lima Neto, a discussão em Belo Horizonte sobre o aumento das passagens de ônibus. Essa é outra discussão necessária, porque não atinge apenas o belo-horizontino, atinge os moradores da região metropolitana. Essa é outra questão que deve merecer o estudo profundo das autoridades. Desejo que essas cidades que pertencem ao Colar Metropolitano de Belo Horizonte não estejam apenas no projeto do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

É importante que essas cidades estejam reunidas, discutindo com a população essas dificuldades. Há pouco tempo, alguns administradores de Belo Horizonte queriam impor um aumento para o Colar Metropolitano de Belo Horizonte, mas como analisar Belo Horizonte sem a região metropolitana?

A maioria das pessoas que trabalham em Belo Horizonte vivem nesta região metropolitana, dependem desse transporte. Como vamos analisar Belo Horizonte isoladamente? Essas pessoas podem pagar esse preço?

Ao mesmo tempo, se vamos analisar Belo Horizonte isoladamente, se o preço da nossa passagem deve ser diferenciado, temos de pagar um preço para a água que bebemos. Temos de pagar um preço também pelo esgoto que despejamos nas outras cidades e que têm trazido tantas moléstias para nosso povo.

É muito importante esta reflexão. Concordo com V. Exa. É importante trazer a discussão para a Assembléia Legislativa, e não pensar que o Colar Metropolitano, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, seja composto apenas pelos nomes das cidades. Devemos aguardar que esses administradores, esses líderes escolhidos por suas cidades, possam pensar em um salto de qualidade, fazendo um planejamento para esta região tão rica e importante. Hoje temos um déficit de algo que é muito importante para o cidadão sobreviver em seu ambiente: a habitação. Várias pessoas desta região vivem de maneira indigna, à beira de esgotos, debaixo de pontes.

Essa situação tem que ser considerada também.

Há um outro desafio que se apresenta e de que V. Exa. se lembrou muito bem. Ele está posto e tem de ser considerado pelos líderes dessas cidades, pelos líderes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ele tem de ser analisado pela região metropolitana e pelos administradores da cidade de Belo Horizonte. É a questão do emprego, que é um problema grave. Vou repetir: a nossa região tem hoje 300 mil desempregados, numa situação social gravíssima, preocupante. E, junto, temos a segurança pública bastante afetada, porque a cada dia a cidade e a Região Metropolitana de Belo Horizonte se tornam mais inseguras. O tráfico de drogas, infelizmente, está crescente, chegando às nossas escolas.

Tudo isso tem de ser analisado por um conselho, e esse projeto é importante não apenas por trazer no papel o nome de cidades. Ele deve ser acompanhado de um compromisso sério dos administradores dessas cidades que compõem o Colar Metropolitano de levar em conta os desafios que a região apresenta. Qual é a vocação da Região Metropolitana de Belo Horizonte? São as empresas? Não sei. Qual o retorno que essas empresas trazem? Elas ajudaram a desenvolver a região? Sim, mas, ao mesmo tempo, há um custo social, um custo para o meio ambiente. Quem paga esse custo? A população está pagando esse custo, e ele é alto. Ele é acompanhado de moléstias e de várias outras coisas que têm sido trazidas para essa população.

Mas podemos reconhecer, naturalmente, na região que compõe esse colar metropolitano, que compõe a RMBH, e em Belo Horizonte mesmo, a vocação para o turismo, uma nova indústria que nasce para o Brasil, o nosso País, tão tímido nessa área. E o turismo se apresenta hoje como uma indústria quase perfeita, porque não traz a poluição que trazem as fábricas, as siderúrgicas.

Então temos que pensar. O desafio está colocado. Os administradores têm de assumir esse compromisso. Com a aprovação desse projeto, minha expectativa é de que os Deputados da Assembléia Legislativa e os administradores, os Prefeitos, os líderes dessas cidades se reúnam e reflitam sobre os desafios que estão colocados nesse novo tempo que se aproxima rapidamente para o nosso Estado.

Esperamos muito desses líderes, desses Prefeitos, esperamos que pensem conjuntamente na questão do meio ambiente, envolvendo o problema da água, do saneamento básico, dos esgotos, da moradia, da habitação para a população dessa região. E envolvendo também esse grave desafio que está colocado aí e que atinge as famílias dessa região, que é a questão do emprego.

Outro desafio que temos são as crianças que estão vivendo nas ruas. A maioria delas não é de Belo Horizonte, vem da região metropolitana. Então o desafio é grande e grave neste momento.

A expectativa que tenho, Deputado Raul Lima Neto e demais companheiros, é de que esses Prefeitos, ao receberem a aprovação desse projeto por parte da Assembléia Legislativa, assumam o papel que lhes está destinado neste tempo que estamos vivendo, um papel de desafio frente ao que está colocado para esses homens, nesse tempo que se avizinha.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, encerrando e agradecendo V. Exa. pelo tempo que pude recuperar, gostaria de solicitar, já que temos 18 Deputados em Plenário, que V. Exa. encerre a reunião. O Deputado Gilmar Machado está inscrito a seguir para tratar dessa questão tão importante, e temos apenas 18 Deputados presentes, o que nos impede de continuar.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a existência de número regimental para a continuação dos trabalhos.

O Deputado Gilmar Machado - Gostaria que V. Exa. me respondesse a seguinte indagação: o inciso VIII do art. 232 diz: "retirada de tramitação de proposição de autoria do requerente, sem parecer ou com parecer contrário". Um projeto retirado pelo autor, que já foi despachado pelo Presidente, pode continuar tramitando?

O Sr. Presidente - Uma matéria cujo requerimento de retirada de tramitação já foi deferido pela Presidência não pode continuar tramitando. Mas a que V. Exa. está se referindo?

O Deputado Gilmar Machado - Daqui a pouco teremos uma reunião de comissão. O autor do projeto pediu a sua retirada, e o Presidente já despachou. Então esse projeto não pode estar tramitando na Casa. Gostaria que V. Exa. me respondesse, porque o projeto já recebeu o requerimento de retirada, e eu não posso discutir na comissão um projeto que já foi retirado. O artigo é muito claro.

O Sr. Presidente - Em princípio e em tese, V. Exa. está com a razão. O projeto não deveria continuar a sua tramitação. Mas tenho receio de fazer um pronunciamento sobre um fato concreto que não conheço. Então gostaria que V. Exa. explicitasse a questão.

O Deputado Gilmar Machado - Já trago o fato concreto a V. Exa.: nós temos o Projeto de Lei Complementar nº 22, que estará na comissão agora, às 11 horas. O projeto já tem o requerimento do Presidente do Tribunal de Contas, que está aí na Casa, solicitando a sua retirada. O Presidente já despachou. Então o projeto não pode prosseguir na Comissão de Constituição de Justiça, já que sua retirada foi solicitada. Gostaria apenas dessa confirmação de V. Exa. Quero saber, porque se trata de um despacho do Presidente. E quem está na Presidência neste momento é V. Exa. Então eu e o Presidente da Comissão de Constituição de Justiça também precisamos saber qual será o seu posicionamento. Dentro do prazo, porque senão ficaremos prejudicados e estaremos rasgando o Regimento.

O Sr. Presidente - Não, absolutamente. V. Exa. sabe da correção com que todos procedemos nesta Casa.

O Deputado Gilmar Machado - Mas, antes, gostaria da resposta a minha questão de ordem.

O Sr. Presidente - O ofício do Presidente do Tribunal de Contas solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 22/97 não foi regimentalmente recebido. O despacho dele exarado foi para que viesse à reunião de hoje à tarde, às 14 horas, quando será formalmente recebido e lido na Correspondência, sendo despachado no momento oportuno. Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado para discutir a matéria

O Deputado Gilmar Machado *- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para uma discussão sobre o projeto de lei complementar do Deputado Ronaldo Vasconcellos que trata da modificação da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93, referente ao Colar Metropolitano de Belo Horizonte.

Em nosso entendimento, e estamos votando favoravelmente a sua aprovação, ele tenta aperfeiçoar e incluir mais alguns municípios na Região Metropolitana de Belo Horizonte, não só em razão do crescimento significativo que estamos tendo, mas também porque eles têm sua vida diretamente relacionada com a região de nossa Capital. Vamos observar que esses municípios têm hoje uma vida ligada a nossa região. Grande parte da população desses municípios têm nossa região como uma espécie de dormitório. Percebemos que a maior parte das pessoas desses municípios que estão sendo incorporados tem sua atividade principal no serviço público ou na iniciativa privada, vinculada à cidade de Belo Horizonte ou à sua região metropolitana. Então, a vida dessas pessoas está ligada a nossa cidade. Eles vão estar ligados a nós, uma vez que necessitam de transporte, de serviços essenciais prestados por este município.

Questão de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Queremos dar seqüência a nossa reflexão, mas fico constrangido em continuar falando sem a presença dos Deputados. Por isso, solicito, de plano, o encerramento da reunião e a manutenção do meu tempo, para que eu possa continuar participando deste debate importante.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 308ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 11/11/98

Presidência do Deputado Cleuber Carneiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Durval Ângelo; discurso do Deputado Durval Ângelo; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Ivo José - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Benê Guedes - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Ermano Batista - Geraldo Nascimento - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Isabel do Nascimento - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmo Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Durval Ângelo em que solicita a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.114/97 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de votação. Para encaminhar o requerimento, com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos, hoje, na pauta de nossa reunião duas proposições importantes, que estão na fase de votação. A primeira é a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. Estabelece para o servidor público data-base para revisão de sua remuneração. É uma proposta que já teve o parecer da Comissão Especial pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que essa Comissão apresentou. Não preciso discorrer sobre a importância e a propriedade dessa proposição. O que estamos vendo é uma situação cada vez mais caótica, dos servidores públicos desse Estado, em que algumas categorias há 4 anos não têm reajuste salarial, não têm uma data-base para negociação salarial, como todo trabalhador tem hoje. Por termos dúvida sobre o número suficiente de Deputados para aprovar essa matéria é que estamos propondo a inversão da pauta. Também estamos colocando como primeiro ponto de pauta um projeto de muita importância, do Deputado Raul Lima Neto, de votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.114/97, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão de Direitos Humanos opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos, que perdeu o prazo para emitir parecer. Foi designado relator, em Plenário, o Deputado Marcelo Gonçalves, que opinou pela aprovação da emenda. Esse projeto do Deputado Raul Lima Neto é de grande alcance social, mas, infelizmente, o Governador não percebeu. Nós, que andamos muito pelo interior de Minas Gerais, temos contato com muitos terminais rodoviários. Vários deles cobram taxas de R\$0,30, R\$0,40 e até R\$0,50 para uso de banheiro, e R\$1,00 ou R\$2,00 para banho, o que é um absurdo.

Em viagens de distâncias enormes por Minas Gerais, que chegam a 8, 9, 10, 12, 13 horas, muitas vezes o cidadão e a cidadã, usuários do sistema de transportes, têm pouco mais que o dinheiro da passagem para fazerem frente às despesas imediatas de alimentação.

Vi, no Espírito Santo, na rodoviária de São Mateus, algo parecido com o que propõe o projeto de autoria do Deputado Raul Lima Neto. O usuário, apresentando a passagem de ônibus, tem o serviço gratuito, o que é mais do que justo.

Imaginem que, viajando a família inteira, marido, mulher, três ou quatro filhos, se todos forem usar o banheiro em duas ou três paradas, a despesa corresponde ao preço de uma passagem. É um absurdo uma coisa dessa!

Não há dúvida de que há um grande "lobby" por trás disso, e, por que não dizer, como o Deputado Raul Lima Neto, há por trás disso uma máfia, que controla os terminais rodoviários. E, mais triste ainda, muitos terminais rodoviários são de propriedade de grandes empresas do sistema de transporte, tais como a Itapemirim, a Águia Branca e a Gontijo. Elas ganham duas vezes. Ganham na passagem, cuja venda têm permissão de fazer, pois não houve licitação para a prestação de serviço, e, muitas vezes, não enfrentam nem concorrência. Têm o monopólio do serviço.

Ganham, ainda, explorando os pobres cidadãos com a cobrança de taxas para uso de banheiro, os quais não têm outra saída senão pagá-las. Afinal, ninguém pode satisfazer suas necessidades fisiológicas na rua. Estaria sujeito a ser preso.

E o absurdo é que também o preço de um refrigerante, de uma coxinha, de um pão com salame, vendidos num terminal, é o dobro do de fora, o que acaba onerando ainda mais o sistema.

Volto a citar o exemplo de São Mateus, no Espírito Santo, onde há um fluxo grande para o Nordeste brasileiro, com a atuação da Itapemirim, da Águia Branca e de outras empresas de transporte, e onde ninguém paga por esse serviço.

Há, hoje, portanto, verdadeiras máfias e verdadeiros monopólios do sistema de transporte, que têm em suas contas, desde a permissão, por benefício político, para uso daquela linha, desrespeitando a Constituição, que já determinou processo de concorrência e de licitação para isso, até o uso de um sanitário que seria de uso geral.

Nesse sentido, apesar da importância das duas matérias em pauta, temos "quorum" para aprovar a matéria do Deputado Raul Lima Neto. Por isso é que solicito dos Deputados que apoiem nossa reivindicação de inverter a pauta, garantindo, assim, que terminemos a votação, em 2º turno, da proposição de lei do Deputado Raul Lima Neto.

Essa é a forma de lutarmos por justiça neste Estado, é a forma de lutarmos contra o monopólio das empresas de transporte e contra as desigualdades que campeiam por nossa terra.

A aprovação desta matéria é mais que necessária. Muitos Deputados estão inscritos, porque estão querendo discutir a inversão da pauta. Há muitos Deputados inscritos que percebem a importância e a necessidade dessa matéria.

Vem, em terceiro lugar da pauta, Sr. Presidente, o nosso monstro, a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97, da qual já falamos na parte da tarde. Tenho certeza de que, numa votação aberta e pública, ninguém ou poucos votarão a favor dessa proposta. Tenha a certeza de que, caso ela seja aprovada, estará sendo manchada a história deste Legislativo. Como poderemos encarar os nossos eleitores, no interior do Estado, e até os nossos familiares, ao aprovarmos uma proposta tão casuística como essa? Sei que muitos Deputados firmaram compromisso, deram seus nomes, em função desse espírito de corpo. Hoje, a consciência está pesando, e, se essa proposta for a votação - e lanço um desafio em qualquer hora -, se os defensores dela concordarem que vá a votação, tenho a certeza de que não será aprovada. Essa será a vergonha deste Legislativo.

Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, não podemos discutir uma matéria de tamanha importância sem "quorum", e é evidente que não temos aqui o número de Deputados suficiente para discussão. A Presidência pode ver que estou falando para um Plenário quase vazio. Solicito, então, Sr. Presidente, o encerramento da reunião pela inexistência de número regimental.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para o prosseguimento dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Às quinze horas do dia dezessete de junho de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gil Pereira, Paulo Piau, Jorge Eduardo de Oliveira e Tarcísio Henriques, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Tarcísio Henriques que proceda à leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira requer a dispensa da leitura da ata, o que é aprovado pela Comissão. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Nelson de Souza Cunha, Diretor do Sindicato de Empresas de Promoção, Organização e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos de Minas Gerais - SINDIPROM -, que discorrerá sobre o potencial do turismo de negócios em Belo Horizonte e as restrições impostas pelos órgãos públicos. O Presidente passa a palavra ao Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que deu origem à reunião. A seguir, o Sr. Nelson de Souza Cunha faz uso da palavra. Passa-se à fase dos debates com a participação do referido convidado e dos parlamentares presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. O Presidente faz suas considerações finais e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares e do convidado presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1998.

Gil Pereira, Presidente - Jorge Eduardo - José Braga.

ATA DA 100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e seis de agosto de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Arnaldo Penna, Marcos Helênio e Sebastião Helvécio, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Arnaldo Penna, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e dá ciência aos membros da Comissão do seguinte ofício: do Sr. Rúbio de Andrade, Diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas, encaminhando cópia de informações e orientações básicas sobre programas do Governo Estadual que estão sendo implementados sob a coordenação da SUDENOR. Após, informa o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a que foram distribuídas no 2º turno: Projeto de Lei nº 1.479/97 (Deputado Arnaldo Penna) e Projeto de Lei Complementar nº 30/97 (Deputado Ajalmar Silva). Passa-se à 1ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. A seguir, colocados em discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela rejeição, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.259/97 (relator: Deputado Arnaldo Penna) e 556/95 (relator: Deputado Marcos Helênio). Com a palavra, o Deputado Arnaldo Penna, relator no 1º turno dos Projetos de Lei nºs 1.202/97 e 1.696/98, solicita o prazo regimental para emitir seus pareceres. Colocados em discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 33/98 em 2º turno (relator: Deputado Arnaldo Penna) e do Projeto de Lei nº 1.596/98 em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Marcos Helênio). A seguir, o Presidente informa que continua em discussão o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.494/97, emitido na reunião anterior pelo Deputado Marcos Helênio. Por meio do parecer, o relator conclui pela aprovação da matéria no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Fazem uso da palavra, para discutir o parecer, os Deputados Arnaldo Penna e Marcos Helênio. Colocado em votação, é o parecer rejeitado, com voto pela aprovação do Deputado Marcos Helênio. O Presidente designa novo relator o Deputado Arnaldo Penna, a quem indaga se está em condições de emitir seu parecer. O relator emite parecer concluindo pela rejeição da proposição. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado, com voto contrário do Deputado Marcos Helênio. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Após discussão e votação, é aprovado em turno único o Projeto de Lei nº 1.674/98, do Deputado Arnaldo Penna. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1998.

Ajalmar Silva, Presidente - Arnaldo Penna - Paulo Piau - Sebastião Helvécio - Antônio Andrade.

ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da comissão de educação, cultura, ciência e tecnologia

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Maria Barros, José Henrique, Gilmar Machado e Marco Régis, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Maria Barros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marco Régis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência esclarece que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Deputado José Henrique procede à leitura dos seguintes ofícios: da comunidade escolar da Escola Estadual Brasil, de Varginha, que solicita o empenho da Comissão para sobrestar o processo de fechamento da referida unidade escolar; do Sr. Faiçal David Freire Chequer, Presidente da Fundação Universidade de Itaúna, comunicando o desvinculamento da entidade do poder público; e dos membros da Câmara Municipal de Taiobeiras, que solicitam a elaboração de projeto de lei que vise a dar a denominação de Escola Estadual Profa. Elizabeth Pereira de Souza à Escola Estadual Bom Jardim. Em face dos ofícios, o Presidente decide, primeiro, apresentar, em nome da Comissão, requerimento solicitando se oficie à Secretaria da Educação com vistas a que proceda a estudos que busquem uma opção ao fechamento da Escola Estadual Brasil, com base nas sugestões apresentadas pela comunidade de Varginha; e, segundo, solicitar à Consultoria que proceda aos estudos necessários ao atendimento do pedido da Câmara Municipal de Taiobeiras. A seguir, o Presidente designa o Deputado Gilmar Machado relator do Projeto de Lei nº 1.814/98. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Gilmar Machado, relator do Projeto de Lei nº 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas, emite parecer pela rejeição do projeto. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de matéria de deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 1.775/98 (relator: Deputado Gilmar Machado), 1.785/98 (relator: Deputado Sebastião Navarro Vieira) e 1.796/98 (relator: Deputado José Henrique). Prosseguindo, o Presidente submete a votação, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 2.665, 2.668, 2.670, 2.675 e 2.685/98, sendo eles aprovados. A seguir, submetidos a discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.713, 1.725, 1.730, 1.759, 1.770, 1.778 e 1.787/98. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1998.

José Maria Barros, Presidente - José Henrique - Gilmar Machado.

ATA DA 20ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Às dez horas do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Ailton Vilela e Maria José Hauelsen, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental e estando presente também o Deputado José Maria Barros, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a pauta e procede à leitura da seguinte correspondência: ofício do Secretário Adjunto de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando parecer técnico da EMATER sobre o Projeto de Lei nº 1.186/98; ofícios da Diretora Política para Reforma Agrária da FETAEMG (2), solicitando a inclusão de projetos de assentamentos no Programa PAPP II, para implantação de rede de energia elétrica, e manifestando a preocupação da Diretoria do referido órgão com a atual política para reforma agrária no tocante ao orçamento da União; Ofício PRESI/1.022/98, do Presidente da RURALMINAS, encaminhando a relação de processos urbanos a serem titulados administrativamente pela entidade; Ofício nº 1.454/98, do Presidente do INCRA-MG, encaminhando proposta de normas que redefinirão o Cadastro e Seleção de Beneficiários da Reforma Agrária; e de ofícios encaminhando exemplares de jornais da EMATER-MG e da Editora Agropecuária, da cidade de Guaíba-RS, e da Revista do Fórum Nacional da Agricultura. A seguir, a Presidência informa que a Deputada Maria José Hauelsen foi designada para relatar, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.808/98, do Deputado Pérciles Ferreira. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Paulo Piau, relator, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.810/98, do Governador do Estado, emite parecer, concluindo pela aprovação

do projeto com a Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Em seguida, o Presidente procede à leitura do Requerimento nº 2.676/98, do Deputado Geraldo Rezende, em que solicita seja pedida ao Governador do Estado, ao Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Diretor-Geral do IMA autorização para que os produtores de algodão do Triângulo Mineiro possam comprar sementes desenvolvidas pela EMBRAPA, nos Estados do Mato Grosso e do Paraná. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Continuando, a Deputada Maria José Hauelsen apresenta requerimento, em que solicita sejam convidados o Superintendente Regional do INCRA-MG e a Diretora Política para Reforma Agrária da FETAEMG, para debater os efeitos dos cortes orçamentários da União no processo de reforma agrária no Estado. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. A seguir, o Presidente informa que foi encaminhado à Comissão avulso do Projeto de Lei nº 1.941/98, do Governador do Estado, que contém a proposta orçamentária para o exercício de 1999, englobando o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado, e que o prazo para apresentação de emendas a esse projeto, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, é de 27/10 a 16/11/98, de 8 às 18 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1998.

Paulo Piau, Presidente - Maria José Hauelsen - Antônio Andrade.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR A ENTRADA DE MEDICAMENTOS FALSOS NA REDE HOSPITALAR PÚBLICA E PRIVADA, BEM COMO A COMERCIALIZAÇÃO DOS MESMOS NO ESTADO

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Antônio Roberto, Adelmo Carneiro Leão, Irani Barbosa, Arnaldo Penna (substituindo este ao Deputado Carlos Pimenta, por indicação da Liderança do Bloco Social Trabalhista) e Raul Lima Neto (substituindo o Deputado Sebastião Helvécio, por indicação da Liderança do Bloco Social Progressista), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Pires, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Arnaldo Penna, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência solicita ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que faça a leitura do ofício dos Srs. Evandro Veiga Negrão de Lima e Guilherme Veiga Garcia encaminhando documentos e solicitando a dispensa de seu depoimento na reunião da Comissão a ser realizada às 14 horas deste dia. A Presidência coloca em discussão o pedido dos depoentes, e fica acordado entre os membros da Comissão que os Srs. Evandro e Guilherme serão dispensados, a documentação entregue será encaminhada à Consultoria da Casa para análise e, caso haja necessidade, eles serão reconvidados. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é ouvir os seguintes convidados: Srs. Carlos Eduardo Ferreira, Presidente da Associação dos Hospitais de Minas Gerais, representado pelo Vice-Presidente da Associação, Sr. José Luiz Verçoza; Celso Melo de Azevedo, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que vem acompanhado do Sr. Eduardo Carlos Jardim Mozelli, Superintendente Comercial dessa instituição; Clementino Pereira de Mendonça Procópio, Diretor Clínico e Técnico do Hospital Felício Rocho; Délcio Scandiuzzi, Diretor do Hospital Hélio Angotti, de Uberaba; e Antônio Coelho Neto, Diretor do Hospital Miguel Couto, estando ausentes estes dois últimos. A Presidência passa a palavra aos Srs. José Luiz Verçoza, Celso Melo de Azevedo e Clementino Pereira de Mendonça Procópio, que fazem suas exposições iniciais. Após as exposições, a Presidência passa à fase dos debates, na qual os convidados respondem aos questionamentos formulados pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Irani Barbosa, Raul Lima Neto e Wilson Pires. O Presidente indaga dos parlamentares se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Irani Barbosa, com a palavra, apresenta requerimentos em que solicita seja convidado o Secretário da Fazenda para participar de reunião da Comissão e seja providenciada, pela Assembléia Legislativa, uma consultoria especializada para proceder à análise das licitações para compra de medicamentos realizadas nos últimos dois anos pela FHEMIG e seus hospitais e pelo Hospital das Clínicas da UFMG, análise essa que deverá ser efetuada no local onde se encontram os documentos. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos Srs. José Luiz Verçoza, Celso Melo de Azevedo e Clementino Pereira de Mendonça Procópio pelos subsídios trazidos à Comissão, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 28 de outubro, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1998.

Wilson Pires, Presidente - Antônio Roberto - Carlos Pimenta - Adelmo Carneiro Leão - Irani Barbosa - Raul Lima Neto.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR A ENTRADA DE MEDICAMENTOS FALSOS NA REDE HOSPITALAR PÚBLICA E PRIVADA, BEM COMO A COMERCIALIZAÇÃO DOS MESMOS NO ESTADO

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Antônio Roberto, Carlos Pimenta, Adelmo Carneiro Leão, Irani Barbosa e Raul Lima Neto (substituindo este ao Deputado Sebastião Helvécio, por indicação da Liderança do Bloco Social Progressista), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Pires, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão. O Presidente solicita ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que proceda à leitura da seguinte correspondência recebida: da Sra. Tereza Cristina Machado de Castro, em que solicita seja dispensada de prestar depoimento, uma vez que, conforme alega, não possui informação ou conhecimento que possa auxiliar os Deputados na condução dos trabalhos da CPI. O pedido é colocado em discussão, e os membros da Comissão não concordam com a dispensa da testemunha. Solicitam seja-lhe encaminhado ofício com nova data para que preste esclarecimentos; do procurador da Sra. Maria Hely Rosa de Castro, em que informa sua impossibilidade de comparecer à reunião, por recomendação médica. Após discussão, os membros da Comissão solicitam seja reiterada a intimação, marcando nova data para a depoente prestar esclarecimentos. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os proprietários das seguintes empresas: Master Distribuidora Ltda.; Distribuidora Opção Comércio de Medicamentos Ltda., de Paracatu; Access Distribuidora Farmacêutica Ltda.; Distribuidora Centro Cirúrgico Ltda. e Farmácia Dinâmica Ltda. (As representantes desta última empresa não compareceram, conforme consta na correspondência supracitada.) A Presidência esclarece que, conforme decisão tomada pela Comissão na reunião realizada às 10 horas, com base na documentação apresentada para análise, os proprietários da empresa Master Distribuidora foram dispensados da reunião e, caso seja necessário, serão reconvidados para uma nova data. Ato contínuo, o Presidente tece esclarecimentos sobre alguns pontos referentes ao funcionamento das CPIs e passa a ouvir o depoimento do Sr. Waillant Pinheiro Rubinger, um dos proprietários da Distribuidora Opção Comércio de Medicamentos Ltda., que é inquirido pelos membros da Comissão. Os outros intimados, Srs. José Luiz Rubinger, Joana D'Arc Pinheiro Rubinger e Ângela Faria Costa, proprietários da Distribuidora Opção Comércio de Medicamentos Ltda., de Paracatu, não compareceram. A Presidência agradece a colaboração do Sr. Waillant Pinheiro e suspende a reunião para que entrem na sala os próximos depoentes. Reabertos os trabalhos, novamente prestam-se esclarecimentos sobre o funcionamento das CPIs, e é concedida a palavra ao Srs. Geuceir Felismino e Eliete Fernandes Matos, proprietários da Access Distribuidora Farmacêutica Ltda., para que façam seus depoimentos. Em seguida, os depoentes são inquiridos pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Irani Barbosa, Raul Lima Neto e Carlos Pimenta. O Presidente agradece a participação dos proprietários da Access Distribuidora Farmacêutica Ltda. e suspende a reunião para que entrem na sala os próximos depoentes. Na oportunidade, o Deputado Wilson Pires se retira, e o Deputado Antônio Roberto, Vice-Presidente, assume a direção da reunião. Reabertos os trabalhos, novamente prestam-se esclarecimentos sobre o funcionamento das CPIs, e é concedida a palavra aos Srs. Geraldo Cláudio de Souza, Luciano de Assis e Pércio Sales de Souza, proprietários da Distribuidora Centro Cirúrgico Ltda., para que façam seus depoimentos. Logo após, os depoentes são inquiridos pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Irani Barbosa e Antônio Roberto. O Presidente agradece a colaboração dos depoentes e suspende a reunião para a retirada dos convidados. Registra-se que todo o conteúdo da reunião consta, na íntegra, nas notas taquigráficas. Reabertos os trabalhos, o Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimentos em que solicita sejam convidados os proprietários do Laboratório Hipofarma para prestar informações à Comissão e sejam intimados os Srs. Luiz Carlos Campos Rezende e Rodrigo Augusto da Silva Ferreira, ex-proprietários da Access Distribuidora Farmacêutica Ltda., e Arlindo Correia de Moraes e Rafael Ornelas Machado, testemunhas da alteração contratual da firma para inclusão ou exclusão de sócio, para prestar esclarecimentos. Submetidos à votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Em seguida, o Deputado Irani Barbosa apresenta requerimentos em que solicita seja encaminhado ofício ao Superintendente de Vigilância Sanitária de Minas Gerais, pedindo que envie à Comissão relação detalhada das distribuidoras de medicamentos em atividade no Estado; e sejam encaminhados ofícios à Receita Federal, à Secretaria da Fazenda e à Junta Comercial de Minas Gerais, pedindo o envio à Comissão de relação detalhada das distribuidoras de medicamentos registradas no Estado nos últimos dez anos. Submetidos à votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 29/10/98, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 1998.

Wilson Pires, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Carlos Pimenta - Benê Guedes.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da comissão de defesa do consumidor

Às nove horas e quarenta minutos do dia três de novembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, José Militão e Ambrósio Pinto, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Sebastião Navarro Vieira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Militão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a discutir e, se possível, apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 34/98,

do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais. Em seguida, comunica aos Deputados e aos demais participantes que serão ouvidos na reunião os Srs. Elcio Reis, Subprocurador da Defesa Contenciosa da Fazenda Estadual; José Aparecido de Pádua, Presidente do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais - SINDIFISCO -; e Geraldo Luiz Brinati, Diretor-Presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - AFFEMG. Após, o Presidente tece considerações sobre o objetivo da reunião e concede a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abrem-se os debates entre os Deputados e os convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Após as considerações finais, o Presidente suspende a reunião e agradece aos convidados pela participação e pelos valiosos subsídios trazidos à Comissão. Reabertos os trabalhos, o Presidente designa o Deputado Ambrósio Pinto para relatar, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.810/98. Passa-se à discussão e à votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Ambrósio Pinto emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 34/98 no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. Submetido a discussão e votação, é o parecer rejeitado. O Presidente designa novo relator da matéria o Deputado José Militão, que terá o prazo regimental para emitir seu parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1998.

José Militão, Presidente - Ambrósio Pinto - João Leite.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 421ª reunião ordinária, em 18/11/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão de Direitos Humanos opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos, que perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Marcelo Gonçalves opinou pela aprovação da emenda.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dá nova redação ao § XI do art. 39 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/97, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado, que acrescenta à Constituição Estadual o art. 300 e suprime o inciso I do art. 139. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 49/97, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta a alínea "e" ao inciso III do art. 36 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/98, do Deputado Ermano Batista, que altera o art. 45 da Constituição Estadual. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Carlos Pimenta opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira e acrescenta artigo a seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/98, do Deputado Gilmar Machado, que acrescenta parágrafo ao art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.393/97, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado. A Comissão de Direitos Humanos opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nº 1 a 3, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à

Comissão de Direitos Humanos, que opina pela aprovação da Emenda nº 4 e pela aprovação da Emenda nº 5, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 30/98, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado, que altera a Lei nº 5.406, de 16/12/65. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 571/95, do Deputado Arnaldo Penna, que dispõe sobre o pagamento, pelo Estado, de honorários a advogado não Defensor Público, nomeado para defender réu pobre. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição das Emendas nº 7 a 9 e pela aprovação da Emenda nº 10, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.414/97, da Deputada Elbe Brandão, que cria o Programa de Incentivo à Implantação de Matadouros e Mercados Públicos Municipais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/98, do Deputado Gilmar Machado, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcelos, que altera a composição do Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.121/97, do Deputado Jorge Hannas, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado ao Flamengo Futebol Clube, com sede no Município de Cataguases. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/98, do Deputado Antônio Júlio, que dá nova redação ao art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.179/97, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a política, o gerenciamento e o plano estadual de recursos hídricos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 8, que apresenta. A Comissão de Política Energética perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 8, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 9 a 12, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, ficando prejudicadas as Emendas nº 1 a 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.384/97, do Deputado Baldonado Napoleão, que cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Turismo e de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.424/97, da Deputada Maria José Haueisen, que determina o pagamento de indenizações às vítimas de torturas praticadas nas dependências do extinto DOPS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Justiça, e a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nº 2 e 3, da Comissão de Justiça, e a Subemenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.470/97, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 11, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 11, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 8, da Comissão de Justiça, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 a 7 e 9 a 11, também da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.569/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, dos exames para diagnóstico da AIDS às gestantes atendidas pela rede pública. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.621/98, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a permitir, através das caixas escolares, a concessão remunerada de espaços nos muros dos prédios das escolas estaduais para fins de propaganda e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.630/98, do Deputado Rêmo Aloise, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.640/98, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre procedimentos preventivos relativos a obras-de-arte na construção civil e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.654/98, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a publicação das declarações de bens que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. As Comissões de Administração Pública e de Direitos Humanos opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.665/98, do Deputado Duval Ângelo, que cria a Ouvidoria Ambiental e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.669/98, da Deputada Maria José Haueisen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.701/98, da CPI do IPSEMG, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto.

A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.708/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a realização de testes vocacionais para alunos das escolas públicas estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, e a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.709/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre o atendimento preferencial do idoso nos diferentes níveis de atuação do SUS no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/98, do Deputado Anderson Adauto, que torna obrigatória a publicação da arrecadação semanal do ICMS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua rejeição.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/98, do Governador do Estado, que institui o Quadro Especial das carreiras que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.800/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.804/98, do Deputado Anderson Adauto, que dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental na bacia hidrográfica do rio Uberaba e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.814/98, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei nº 11.036, de 14/1/93. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.284/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que modifica o art. 8º da Lei nº 11.397, de 6/1/94. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.332/97, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.423/97, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a exigência e a divulgação de requisitos discriminatórios em editais ou anúncios publicitários de chamamento para concurso ou seleção de pessoal. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, o uso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.479/97, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre a compra de mobiliário pelos órgãos e entidades da administração pública estadual. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.485/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Divinópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.584/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que cria a Campanha Estadual de Prevenção de Acidentes Domésticos. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.597/98, da Deputada Maria José Haueisen, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas, que torna obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional e a execução do Hino Nacional nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/98, do Deputado Antônio Júlio, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.645/98, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/97. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.707/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre expedição de documento de transferência escolar nas escolas públicas estaduais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 18/11/98

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.441/97, do Deputado Marcos Helênio.

Ordem do dia da 102ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 18/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.696/98, do Deputado Anderson Aduino; 1.202/97, da Deputada Maria José Haueisen; 1.828/98, do Procurador-Geral de Justiça; 1.940/98, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/11/98

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.895/98, do Deputado Leonídio Bouças.

ORDEM DO DIA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 18/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.905/98, do Deputado Durval Ângelo; 1.914, 1.945, 1.956 e 1.960/98, do Governador do Estado; 1.754/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.897/98, do Deputado Miguel Martini; 167/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 676/96 e 1.687/98, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.947/98, do Deputado Agostinho Patrús; 1.917/98, do Deputado Anderson Aduino; 1.916/98, do Deputado Arnaldo Canarinho; 1.915/98, do Deputado Durval Ângelo; 1.946/98, do Deputado Glycon Terra Pinto; 1.923/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.922/98, do Deputado João Leite; 1.924 e 1.925/98, do Deputado Miguel Barbosa; 1.931/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 77ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 9 horas do dia 19/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 19/11/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 19/11/98

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, item XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 18/11/98, destinadas, ambas, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dá nova redação ao parágrafo XI do art. 39 da Constituição do Estado; 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição Estadual; 44/97, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado, que acrescenta à Constituição Estadual o art. 300 e suprime da referida Carta o inciso I do art. 139; 49/97, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta a alínea "e" ao inciso III do art. 36 da Constituição Estadual; 51/98, do Deputado Ermano Batista, que altera o art. 45 da Constituição Estadual; 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira e acrescenta artigo a seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 54/98, do Deputado Gilmar Machado, que acrescenta parágrafo ao art. 34 da Constituição do Estado; e 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição Estadual; dos Projetos de Lei Complementar nºs 30/98, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado, que altera a Lei nº 5.406, de 16/12/65; 33/98, do Deputado Antônio Júlio, que dá nova redação ao art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52; e 36/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que altera a composição do Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93; e dos Projetos de Lei nºs 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais; 1.393/97, da CPI do Sistema Penitenciário do Estado, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado; 571/95, do Deputado Arnaldo Penna, que dispõe sobre o pagamento, pelo Estado, de honorários a advogado não Defensor Público, nomeado para defender réu pobre; 1.414/97, da Deputada Elbe Brandão, que cria o Programa de Incentivo à Implantação de Matadouros e Mercados Públicos Municipais e dá outras providências; 1.673/98, do Deputado Gilmar Machado, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências; 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94; 1.121/97, do Deputado Jorge Hannas, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado ao Flamengo Futebol Clube, com sede no Município de Cataguases; 1.179/97, do Deputado Gil Pereira, que dispõe sobre a política, o gerenciamento e o plano estadual de recursos hídricos e dá outras providências; 1.384/97, do Deputado Baldonado Napoleão, que cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real; 1.424/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que determina o pagamento de indenizações às vítimas de torturas praticadas nas dependências do extinto DOPS; 1.470/97, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.569/97, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que assegura o oferecimento gratuito pelo Estado dos exames para diagnóstico da AIDS às gestantes atendidas pela rede pública; 1.621/98, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a permitir, através das caixas escolares, a concessão remunerada dos espaços nos muros dos prédios das escolas estaduais para fins de propaganda e dá outras providências; 1.630/98, do Deputado Rêmolo Aloise, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoi o imóvel que especifica; 1.640/98, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre procedimentos preventivos relativos a obras-de-arte na construção civil e dá outras providências; 1.654/98, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a publicação das declarações de bens que especifica; 1.665/98, do Deputado Durval Ângelo, que cria a Ouvidoria Ambiental e dá outras providências; 1.669/98, da Deputada Maria José Hauelsen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros; 1.701/98, da CPI do IPSEMG, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG; 1.708/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a realização de testes vocacionais para alunos das escolas públicas estaduais; 1.709/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre o atendimento preferencial do idoso nos diferentes níveis de atuação do SUS no Estado; 1.743/98, do Deputado Anderson Aduino, que torna obrigatória a publicação da arrecadação semanal do ICMS; 1.762/98, do Governador do Estado, que institui o Quadro Especial das carreiras que menciona e dá outras providências; 1.800/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriae o imóvel que especifica; 1.804/98, do Deputado Anderson Aduino, que dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental na bacia hidrográfica do rio Uberaba e dá outras providências; 1.814/98, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta dispositivo ao art. 1º da Lei nº 11.036, de 14/1/93; 1.284/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que modifica o art. 8º da Lei nº 11.397, de 6/1/94; 1.332/97, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a apreensão de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências; 1.423/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que proíbe a exigência e a divulgação de requisitos discriminatórios em editais ou anúncios publicitários de chamamento para concurso ou seleção de pessoal; 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, o uso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências; 1.479/97, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre a compra de mobiliário pelos órgãos e entidades da administração pública estadual; 1.485/97, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que especifica ao Município de Divinópolis; 1.584/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que cria a Campanha Estadual de Prevenção de Acidentes Domésticos; 1.597/98, da Deputada Maria José Hauelsen, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas, que torna obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional e a execução do Hino Nacional nas escolas públicas do Estado; 1.631/98, do Deputado Antônio Júlio, que dispõe sobre a quitação de créditos tributários com precatórios e dá outras providências; 1.645/98, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/97; 1.707/98, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre expedição de documento de transferência escolar nas escolas públicas; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de novembro de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.895/98

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

O projeto de lei em exame, do Deputado Leonídio Bouças, visa a declarar de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento Agropecuário - FUNDAP -, com sede no Município de Uberlândia.

Publicada, foi a matéria encaminhada para exame preliminar à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Por sua vez, deve esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a proposição, em obediência ao que dispõe o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A meta da FUNDAP é fazer de Uberlândia um dos mais importantes centros de desenvolvimento agropecuário.

Para isso, proporciona à Universidade Federal de Uberlândia e às fundações a ela ligadas todo o apoio ao seu alcance, para a execução de pesquisas tecnológicas e científicas, em busca de maior produtividade rural.

Também divulga os conhecimentos de seu campo de ação e orienta os proprietários rurais sobre técnicas capazes de superar os principais problemas do setor.

Tais atividades demonstram a importância da Fundação, tornando-a merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.895/98 na forma proposta.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1998.

Aílton Vilela, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

417ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 10/11/98

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Deputado Francisco Ramalho, Sra. Secretária, Srs. Deputados, telespectadores da TV do Legislativo, que tive a grata idéia de criar, eu falava com o companheiro Deputado João Leite sobre a intenção de expor na TV os nossos trabalhos.

Hoje, temos que parabenizar o Presidente, Deputado Romeu Queiroz, pois, com sua ajuda e a desta Casa, por meio da Mesa da Assembléia, a TV do Legislativo consegue chegar por via de satélite, podendo atingir cinco ou seis cidades do interior do Estado. Isso tudo é fruto de trabalho.

Mas o que me traz aqui hoje, Sr. Presidente, é a necessidade de marcar, mais uma vez, posição que tenho já há 11 anos, desde que comecei como Vereador em Belo Horizonte. É uma posição em defesa da legalização do famoso jogo do bicho. Faço um apelo desta tribuna ao Senado Federal para que coloque em votação, no Plenário, o projeto que legaliza o jogo no Brasil, tirando da contravenção penal o famoso jogo do bicho. Estamos chegando ao final de mais um ano, e acompanho, hoje, mais uma vez, a pressão da Polícia sobre os cambistas do jogo do bicho, pessoas que trabalham. Falo com muita tranquilidade, depois de disputar uma eleição, pois vejo que vários Deputados e Deputadas que aqui estão e vários outros que aqui entrarão tiveram o voto do famoso jogo do bicho. Portanto, está na hora de se votar e aprovar esse projeto, inclusive nesta Casa. Comentava com o Deputado Ivair Nogueira, do meu partido, que teve apoio maciço do pessoal do jogo do bicho na última eleição, a respeito da necessidade de fazermos apelo ao Senado e à Câmara Federal para que esse projeto seja apreciado, pois todas as comissões já aprovaram a legalização do jogo. Aqui, na Assembléia, há um projeto de minha autoria e, por ser de inspiração municipalista, ele deixa a arrecadação e a fiscalização dessa atividade para os municípios. Digo isso porque já está passando da hora de vermos esse projeto sendo apreciado pela Assembléia Legislativa.

Mais grave, Sr. Presidente, é o seguinte fato: na época em que presidia a CPI dos Bingos, colocava a minha preocupação com relação às máquinas caça-níqueis que estavam invadindo os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tivemos a oportunidade, ao lado do Deputado Durval Ângelo e dos membros da CPI, de fazer um projeto regulamentando essa atividade no Estado e proibindo que tais máquinas fossem colocadas em bares perto de escolas, lojas, enfim, fora do recinto adequado, ou de lugares que não tivessem a autorização da lei federal, pelo INDESP. A nossa preocupação era tanta que parece que estávamos adivinhando o futuro. Hoje, acompanhamos o fato de haver, em Belo Horizonte, mais de 600 máquinas desse tipo espalhadas, em bares, padarias, sorveterias, perto de escolas, etc. Isso vai acabar com o futuro do nosso Brasil, da nossa gente, dos nossos filhos. Atualmente, a mãe pede ao seu filho para comprar um pão, e esse menino entra em uma padaria, compra o pão e, com o dinheiro do troco, joga nas máquinas de caça-níqueis, que costumávamos ver em cassinos, em países onde o jogo é liberado. Hoje, esse menino está jogando o dinheiro do troco do pão nessas máquinas, mas, amanhã, sem dúvida nenhuma, ele estará jogando não o troco, mas o dinheiro do pão. Acompanhamos a Secretaria de Segurança Pública não fazer nada nesse caso e, também, a Polícia não tomando nenhuma providência sobre o assunto.

Existem mais de 600 máquinas caça-níqueis em Belo Horizonte. Quem teve a oportunidade de estar num cassino não verá diferença nenhuma nas máquinas lá existentes e as que estão rodando em Belo Horizonte. O projeto que tramita na Assembléia permite o uso dessas máquinas em Minas Gerais, em ante-salas de bingos, em sedes de clubes, em hotéis e estâncias turísticas. Não podemos deixar isso acontecer. Aqui mesmo, pertinho da Assembléia, na Av. Álvares Cabral com Av. Bias Fortes, existe um bar com três máquinas caça-níqueis. São essas caça-níqueis que irão acabar com o futuro.

Portanto, peço a colaboração, a ajuda de todos os Deputados, da direção desta Casa, da Secretaria da Segurança Pública, a fim de que examinem, que façam a apreensão dessas máquinas, porque, se não fizermos isso hoje, enquanto existem 600, amanhã, serão 6 mil. Teremos, então, essas mesmas máquinas nas portas e nas cantinas de escolas. Isso irá viciar uma juventude sadia que tentamos educar para Minas Gerais.

Assim, pela primeira vez, faço este apelo desta tribuna. A partir de agora, irei acompanhar esses fatos, pedirei providências diariamente, e irei responsabilizar a Secretaria da Segurança Pública, o Governador Eduardo Azeredo, a fim de que ele peça providências ao Secretário, porque é um abuso o que está acontecendo. Já prevíamos isso quando participamos da CPI do Bingo, quando a "Folha de S. Paulo" denunciou o que estava acontecendo em São Paulo e no Rio de Janeiro, e agora acontece isso à luz do dia, na nossa Capital mineira. Por favor, Sr. Secretário, está na hora de olhar as máquinas ilegais, que chegam a mais de 600, em Belo Horizonte. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, imprensa, ocupamos esta tribuna trazendo notícias, para variar, não muito boas. Ontem, quando foi entregue, com muita festa, no Congresso Nacional, a nova proposta de orçamento da União, assistimos ao Governo Federal fazendo de tudo para se acertar com o Fundo Monetário Internacional, a fim de que possamos, mais uma vez, sustentar a agiotagem internacional. O Governo entregou o novo orçamento da União com cortes significativos em áreas essenciais para a população.

Diante da pressão do Ministro José Serra, em sua nota técnica - ele preferiu dizer que não se tratava de uma crítica ao Governo, mas apenas uma nota técnica -, percebemos que o Governo, mais uma vez, cortou recursos da área da saúde, menos do que iria cortar, mas mesmo assim cortou em áreas fundamentais. Vamos ver, agora, redução de recursos para o combate à dengue. Depois, quando acontecer uma epidemia, como houve em Belo Horizonte, vamos gastar muito mais. Entretanto, como não haverá recursos, a população ficará sem atendimento e sujeita a uma grande epidemia, como aconteceu em Belo Horizonte, inclusive com mortes, em virtude da dengue hemorrágica. Responsabilidade de quem? Do atual Governo, que vai, lamentavelmente, continuar a partir de 1º/1/99.

Vemos que o Presidente Fernando Henrique, não satisfeito com essas questões, vai mais além, fazendo cortes em áreas importantíssimas como a educação. E aí veremos qual é, de fato, a preocupação desse Governo com a educação. Iniciamos pelo ensino superior. O Governo, mais uma vez, fará cortes profundos na liberação de bolsas, ou seja, diminuirá o número de bolsistas. Para quem pensa que isso não tem importância, é bom lembrar a característica do trabalho dessas pessoas. São projetos e pesquisas de cientistas, mestres e doutores. Conseqüentemente, serão diminuídas nossa capacidade de desenvolvimento científico-tecnológico e nossa intervenção nessas áreas. Enquanto os outros países investem em conhecimento, nós diminuímos esse tipo de investimento. Nosso orçamento para o próximo ano, 1999, é menor na área da educação. E observamos que predomina em Minas Gerais e em Belo Horizonte a mesma lógica da tesoura de Brasília. A coincidência da letra "b" iniciando o nome das duas cidades não acontece meramente ao acaso, pois também o PSDB de Brasília é igual ao de Minas Gerais. No orçamento deste Estado, há uma redução significativa das verbas destinadas à UEMG. Essa Universidade, que tinha o orçamento de R\$60.000.000,00, terá, para o ano de 1999, um orçamento da ordem de R\$14.000.000,00. Veremos, então, que tanto a Universidade de Montes Claros quanto a Universidade do Estado, bem como as unidades incorporadas, terão diminuídos os recursos para o seu funcionamento, e, mais uma vez, serão reduzidos os nossos investimentos nessa área. São Paulo, hoje, gasta R\$2.000.000.000,00 com suas universidades, e Minas Gerais gastará apenas R\$14.000.000,00. Veja a diferença. Como vamos conseguir acompanhar esse ritmo e por que se diminui o número de estudantes no ensino superior? O que deveria estar sendo aumentado está sendo diminuído. Além disso, percebemos que, com o corte que teremos no ensino superior, será menor o crédito educativo. Neste ano, uma parcela pequena da população teve acesso ao crédito educativo, e, a partir de 1999, esse crédito ficará ainda menor. Veremos aumentar as pressões sobre os parlamentares, haverá mais solicitação de bolsas de estudos e uma série de outras questões, porque a classe média encontra-se empobrecida por esse pacote, que desemprega, diminui salários e faz cortes na área da educação.

Além do ensino superior, o Governo também mexe no ensino médio. Veremos que a mesma coisa que fez Fernando Henrique, diminuindo os investimentos no ensino técnico, fez também Eduardo Azeredo, diminuindo e fechando várias escolas técnicas que tínhamos em Minas Gerais. Os cursos profissionalizantes foram literalmente extintos no Governo de Eduardo Azeredo, e, atualmente, grande parte da população não tem mais acesso à escola pública para fazer o curso técnico, pois, caso não consiga a bolsa no SESI, precisa pagar de R\$80,00 a R\$150,00. Como é que filhos de trabalhadores que recebem até três salários mínimos poderão arcar com essa despesa, sem contar as despesas com transporte e alimentação? Notamos que há uma política clara e deliberada de desmonte da nossa educação pública e que no orçamento, mais uma vez, os cursos técnicos serão penalizados devido à diminuição de oferta nessas áreas.

Além disso, não satisfeito, o Governo ainda usou a tesoura em mais uma questão importante: o livro didático. Menos alunos receberão livro didático no próximo ano; conseqüentemente, vai sobrar para os pais adquirir o livro didático para que as suas crianças possam estudar. E nós percebemos que essas pessoas, já com os seus orçamentos sacrificados, dificilmente terão condições de comprar os livros, diminuindo, assim, a qualidade do ensino, porque os alunos terão menos informação e, com uma capacidade menor de acesso aos estudos, uma queda no seu rendimento. E percebemos que não há nenhuma preocupação do Governo em relação a isso.

Outra área atingida com os cortes é a área da informática. O Governo de Minas fez uma grande propaganda, dizendo que estava informatizando as escolas, e agora se vê, no final do ano, que ainda não tinham sido instalados computadores. E, a partir do ano que vem, os Estados e municípios que tentaram fazer a informatização terão de interromper as atividades de informática, porque o Governo cortou os recursos necessários. Vou parar por aqui nos cortes da área da educação. Eu poderia detalhar mais, pois estou fazendo um estudo profundo dessa questão, porque me preocupam muito a saúde e a educação do nosso povo, mas não há tempo hoje.

Quanto ao transporte, estamos vendo mortes praticamente todos os dias no anel rodoviário de Belo Horizonte, e o Governo agora cortou os recursos para recapeamento de estradas, entre elas o anel rodoviário de Belo Horizonte. E vamos continuar vendo tragédias nesse local, onde os acidentes são praticamente diários, com mortes, e o Governo simplesmente cortando recursos, porque o mais importante para ele é atender os agiotas internacionais. O nosso povo está morrendo nas estradas, não tem acesso aos hospitais, nem vai ter.

Queremos deixar registrada, ainda, a nossa satisfação por termos tido o privilégio de participar de reunião, ontem, juntamente com vários Deputados Estaduais e Federais, e os Prefeitos das 20 maiores cidades deste Estado, que, num gesto praticamente de desespero, clamam para que possamos fazer um grande movimento em nível nacional, a fim de rejeitarmos esse pacote do Governo. Os municípios não conseguem mais atender às necessidades básicas da população. Como disse ontem o Prefeito de Teófilo Ottoni, vai ter de fechar postos de saúde, fechar salas de aula e creches, porque o Governo está cortando o dinheiro, a fim de mandá-lo para os agiotas internacionais. Já não podemos continuar passivos, e a Assembléia Legislativa ontem, na presença do Deputado Romeu Queiroz, que abriu o encontro, tenho certeza, não vai se furtar a enfrentar esta crise, e vamos fazer um grande movimento, assumindo a Assembléia posição contrária a essa entrega do nosso patrimônio e aos cortes em setores essenciais da vida econômica brasileira.

E é por isso que espero, sinceramente, que possamos ter em Minas Gerais, de fato, um grande movimento. E partiu de Minas o movimento dos Prefeitos por um grande dia nacional de protesto, engrossado com a presença de todos os Deputados Estaduais, para que possamos, de fato, conseguir mobilizar a população para resistir a esse pacote. Tenho a certeza de que a UNALE não vai se omitir mobilizará os Deputados Estaduais em nível nacional, para que possamos participar desse grande esforço de mobilização cívica.

Para finalizar, comunico que farei um pronunciamento específico sobre essa questão, mas quero comunicar que estaremos dando entrada, hoje, a um documento, com a finalidade de convocarmos o Secretário de Estado da Fazenda, Sr. João Heraldo Lima, para que venha ao Plenário desta Casa explicar como é que se deu o pagamento da primeira parcela dos 10% da renegociação da dívida.

Queremos saber se, de fato, foi feito o pagamento, e como vai ficar essa questão da dívida. De onde saiu o dinheiro? Parte - sabemos - veio do BEMGE. E queremos saber também se todo o dinheiro foi utilizado. E o restante veio de onde? De onde saíram esses recursos? E se não saíram, por que não? Como o Governo assina e deixa uma renegociação de dívida da qual não temos informações? Exigimos uma explicação porque, no acordo, no contrato de renegociação da dívida consta que à Assembléia Legislativa seria dada ciência do pagamento e do relatório de acompanhamento do Tribunal com relação à renegociação que o Governo faria com o Banco Central.

Queremos cumprir o nosso papel até o dia 31. Enquanto estivermos cumprindo o nosso mandato de Deputado Estadual, vamos acompanhar rigorosamente o que vem fazendo este Estado com relação às finanças públicas. Não podemos ver um governo que, durante a campanha, disse que tinha dinheiro para pagar o 13º salário - falou na televisão, e temos os programas do Governador Eduardo Azeredo gravados - e agora vem dizer que está com dificuldades para pagar. O que mudou do candidato a Governador Eduardo Azeredo para o Governador Eduardo Azeredo que vai entregar o mandato no dia 31 de dezembro? Vamos exigir que cumpra de fato até o fim aquela lei votada pela Assembléia Legislativa. Temos a responsabilidade de acompanhar, até o último momento, a sua execução. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, minhas senhoras e meus senhores, na sexta-feira da semana passada, em Brasília, aconteceu mais uma reunião da diretoria e do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Legislativos Estaduais, que tratou, entre outros assuntos de ordem interna e de interesse da entidade, do sucesso de todo o trabalho feito nessas eleições. Aliás, aproveito para dar aos colegas que são sócios a notícia de que, no dia 4 de dezembro, estaremos inaugurando nossa sede em Brasília, onde pretendemos aprimorar ainda mais, dar suporte e apoio para o melhor exercício parlamentar de cada Deputado de todo o País.

Mas estamos aqui para ler a seguinte nota: (- Lê:)

"UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, reunida em Brasília, por aprovação unânime, manifesta sua preocupação em relação aos prejuízos que Estados e municípios poderão sofrer com o pacote fiscal editado pelo Governo Federal. Diante disso, sugere a realização de amplo debate sobre os efeitos das medidas, com a participação das Assembléias Legislativas e de todos os segmentos da sociedade.

Belo Horizonte, 6 de novembro de 1998."

Srs. parlamentares, a situação pela qual passa o País, a gravidade dos problemas está a exigir de cada um de nós, parlamentares, homens públicos, e da sociedade organizada uma reflexão sobre esse momento.

Não é possível que nossa sociedade assista, de maneira silenciosa, ao desastre acontecido e, talvez, possamos dizer, à catástrofe que está se aproximando, em razão de quatro anos de desgoverno federal e, principalmente, pela falta de expectativa, de projeto ou algo que pelo menos possa nos dar uma esperança.

Estamos mais uma vez nos entregando, ou entregando a direção da política econômica, ou subordinando as decisões dessa política econômica ao Fundo Monetário Internacional. Esse Fundo já causou prejuízos profundos e sérios em todos os países onde atuou, e, mais uma vez, vai ditar as normas para a economia do nosso País.

É preciso que a sociedade, alertada por nós, parlamentares, alertada pela sociedade organizada, pelos sindicatos, pelas federações, enfim, por todos, possa se mobilizar para impedir que essa catástrofe se abata sobre o Brasil.

A proposta do Fundo Monetário é sempre numa mesma direção: caminhar para a recessão, aumentarem-se os impostos. Se essa lógica interessa ao FMI, não interessa à sociedade. Nosso País teria condições de produzir, pela lógica mundial, mais de 600 ou 700.000.000t de grãos, mas está produzindo somente 80.000.000t. Nosso País deveria se concentrar inteiramente na agricultura, pelas suas características, mas está sacrificando, cada vez mais, o agricultor e o produtor rural de um modo geral. Nós, que precisamos gerar empregos para essa massa de jovens que estão entrando no mercado de trabalho, estamos reduzindo nossas atividades econômicas e sociais. Precisávamos fortalecer a indústria brasileira, mas estamos com as portas escancaradas para as importações, sem que o empresariado brasileiro tenha poder de competitividade.

Ora, que saída estamos buscando? Pela lógica, seria um agravamento ainda maior da situação em que nos encontramos. De forma que a UNALE, preocupada com essa realidade, e nós, como seu Presidente, levamos essa preocupação a todo o Brasil, esperando que esse alerta repercuta nas Assembléias Legislativas, para que a sociedade acorde. Volto a dizer, não olhem para mim, porque não votei nele. É preciso cobrar dos novos parlamentares, que estão assumindo suas atividades no Congresso Nacional, uma postura em defesa da nossa

sociedade e do povo brasileiro - já que o Governo Federal não se preocupa com o povo brasileiro, alguém tem que se preocupar.

E as repercussões nos Estados e municípios serão registradas. Imaginem os senhores, se 20% do Fundo de Estabilização Fiscal já era um absurdo, ele está ampliando para 40%. Todas as contribuições federais têm, agora, um bolo reservado para o Governo Federal. E os Estados e municípios que estavam em dificuldade vão piorar ainda mais. Sugerir, em uma entrevista, aos Prefeitos e Governadores que fossem ao Governo Federal e entregassem para o Presidente Fernando Henrique Cardoso o Governo das suas cidades e dos seus Estados, já que ele vai ficar com a arrecadação quase toda. É uma lógica. O que não podemos é achar que as coisas estão bem e que tudo isso é apenas um momento, enquanto a situação do País se agrava cada vez mais. Se a equipe econômica diz que é bom, a sociedade não pode achar que é bom apenas porque a equipe é competente. A competência dessa equipe elevou a dívida interna de R\$61.000.000.000,00 para R\$304.000.000.000,00 e levou o crescimento econômico do País de 6% para de 1% a -2%. Essa equipe econômica desse desgoverno chamado Imperador Fernando Henrique II estrangulou os Estados e municípios, porque não fez as reformas que deveria fazer. Esse Governo sabia que há quatro anos precisam ser feitas mudanças profundas e estruturais, mas, se as fizesse, não seria reeleito para mais um mandato de quatro anos. Essa realidade não pode passar despercebida de toda a sociedade. A saúde, que já está doente, agora vai morrer. De onde se esperava que não fosse cortado nada, serão cortados perto de R\$1.000.000.000,00. A educação também será cortada. E por onde o País vai caminhar? Se o País não cresce na sua indústria, porque não a valoriza; se o País não investe na educação, se não dá saúde para o seu povo, onde vamos chegar? A nossa preocupação é a de, pelo menos, levantar a nossa voz, de chamar a sociedade para sua responsabilidade. Se a sociedade se mobilizar, quem sabe, mobilizando os próprios meios de comunicação, não teremos como bom apenas aquilo que o Presidente acha que é bom. Poderemos discutir melhor e apresentar algumas alternativas.

Concluindo, gostaria de dizer que, infelizmente, acho que esta Casa perdeu ou vai perder a possibilidade de discutir a questão, para a qual chamei a atenção, da fiscalização. Se tivéssemos discutido a questão a fundo, como merece ser discutida a questão do Tribunal de Contas, poderíamos ter encontrado alternativas inteligentes. Não acredito em nenhuma outra proposta que seja apenas paliativa. Fico preocupado quando, ao invés de buscarmos aquilo que é melhor para a sociedade, para o Estado de Minas Gerais, ficamos apenas preocupados com as aparências, deixando de tratar os assuntos nos níveis em que merecem ser tratados.

Fica aqui meu registro, minha preocupação e um pouco de tristeza, porque perdemos a oportunidade de aprofundar uma discussão que poderia trazer melhorias. Com certeza, poderíamos inibir muito da corrupção que ainda hoje é praticada em nossa sociedade, principalmente pelo poder público. Deixamos de discutir alternativas que poderiam aumentar a transparência e a capacidade fiscalizadora. Mas, infelizmente, temos de entender que nem tudo podemos. Deixo aqui este registro, dizendo que, se houver uma nova proposta, quero examiná-la, mas, em princípio, estarei contra qualquer proposta que seja paliativa e que não trate do fundo da questão, como era minha esperança. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes e pessoal da imprensa presente, gostaria, nesta tarde, de tecer alguns comentários acerca de uma reportagem feita pelo "Estado de Minas", no último final de semana, no dia 8 de novembro, a respeito de inúmeras denúncias sobre o desperdício do dinheiro público, em nosso Estado, com obras inacabadas.

Inicialmente, quero cumprimentar o "Estado de Minas", jornal de circulação estadual e nacional, por ter abordado este tema, que é de grande importância para nós, nesta Casa, onde temos a missão, a responsabilidade e o dever de fiscalizar as obras do Poder Executivo, notadamente do Poder Executivo estadual. O "Estado de Minas" saiu à frente, com uma série de reportagens importantes, o que nos traz hoje a esta tribuna e, certamente, leva todos os Deputados à reflexão. Diz o "Estado de Minas" que o desperdício e a irresponsabilidade administrativa acontecem de norte a sul, de leste a oeste.

Passarei a fazer a leitura de algumas dessas denúncias para que, ao final, possa chegar ao tema principal de meu pronunciamento, que é a reflexão que existe na Casa sobre o Tribunal de Contas de Minas Gerais. Diz o "Estado de Minas" que, em Belo Horizonte, são mais de R\$100.000.000,00 desperdiçados nos últimos anos. E cita três obras, para mostrar o que acontece na Capital de nosso Estado. A construção do trólebus, na Av. Cristiano Machado, idealizado em 1984, há 14 anos, que, na ocasião, consumiu R\$50.000.000,00. Em seguida, vêm, aqui na Capital, os investimentos com a construção do Hospital Cardiominas, uma obra de R\$38.000.000,00, que ficou pela metade, e a cujo esqueleto esta Casa, atendendo a solicitação do Governador Eduardo Azeredo, resolveu dar uma finalidade útil, doando-o à Santa Casa de Belo Horizonte.

A terceira obra aqui, na Capital, é a canalização do córrego Bacuraus, na Zona Norte, que beneficiaria seis grandes bairros de Belo Horizonte. Aliás, antes de passar às outras regiões, queria abrir um parêntese sobre o Cardiominas.

Semana passada, estivemos fazendo visita à Santa Casa e tivemos contato com o Dr. Celso Mello Azevedo, o provedor daquele hospital. Ele nos adiantava que havia tomado as medidas necessárias para solicitar um empréstimo ao BDMG, no valor de R\$40.000.000,00, e que esse empréstimo, até então, não tinha sido deliberado pela diretoria do BDMG. Por isso mesmo, não pôde dar início às obras. Abro esse parêntese, porque ficou embutido no ato de doação do patrimônio do Cardiominas à Santa Casa de Belo Horizonte a reversão do imóvel no prazo de cinco anos, se o mesmo não tiver a sua destinação concluída. Tomamos a liberdade de convidar o Presidente do BDMG e o provedor da Santa Casa de Belo Horizonte, para estarem aqui, nesta Assembléia, na Comissão de Saúde, para sabermos o que realmente está acontecendo com o Cardiominas e com o empréstimo solicitado pelo Dr. Celso Mello Azevedo.

O festival de desperdício continua pelas outras regiões do nosso Estado. Na cidade de Araxá, o Hospital Regional Ermantina Drummond é exemplo do mau emprego de verbas públicas. As obras se iniciaram em 1991 e, até hoje, não passam de um esqueleto. Orçada, inicialmente, em R\$22.000.000,00, a construção consumiu 10% desse montante e está paralisada.

Na cidade de Governador Valadares, uma cidade pobre, problemática, temos dois problemas sérios. Primeiro, os moradores sempre reivindicaram e tiveram a perspectiva de verem resolvidos os problemas da enchente e do mau cheiro do córrego Figueirinha, uma obra que se iniciou há 10 anos e não foi concluída, consumindo US\$5.000.000,00.

Na pequena cidade de Cambuí, um terminal rodoviário foi iniciado também em 1988. Para a construção desse terminal rodoviário, foram consumidos cerca de R\$5.000.000,00.

Na cidade de Varginha, ainda de acordo com a reportagem do "Estado de Minas", foram gastos mais de R\$1.000.000,00 em 1995 e 1996, com promoções sociais e jantares.

Na cidade de Ubá, de acordo com a reportagem, foi concluída a construção da usina de reciclagem e compostagem de lixo. E ela nunca funcionou.

Caminhando para o Norte de Minas, temos aqui, na reportagem, um levantamento importante e preocupante. Na pequena cidade de Gameleira, recém-emancipada, com cinco mil habitantes, foram gastos R\$10.000.000,00, pela CODEVASF, para a construção da barragem de Gameleira, que previa o abastecimento de água da cidade e um projeto de irrigação de 400 hectares. Hoje, a cidade é abastecida com caminhões-pipa, e o projeto para fazer o aproveitamento das terras por meio da irrigação não foi sequer levado a sério.

Na cidade de Montes Claros, foi construído um pronto-socorro municipal, cuja obra custou R\$1.000.000,00, mas ele está fechado. Na cidade de Manga, localizada no extremo norte de Minas, há dez anos, o ex-Prefeito iniciou a construção de um terminal rodoviário, e o mais grave, recebeu todos os recursos para a construção, mas os moradores, hoje, embarcam e desembarcam em plena via pública.

Estou fazendo essa leitura para, além de parabenizar a matéria jornalística do "Estado de Minas", dizer que iremos procurar uma forma de levar adiante as denúncias desse jornal, fazendo com que fiscalização mais rigorosa seja efetuada, para que possamos dar satisfação à sociedade do Estado de Minas Gerais, de norte a sul e de leste a oeste. Além de corroborar essa reportagem, procuraremos discutir, em uma comissão especial ou em uma comissão permanente da Casa, provavelmente, na Comissão de Fiscalização Financeira, para chamar a atenção para um outro fato relacionado com essas obras inacabadas e com a parte de fiscalização de ações dos poderes públicos municipais. Refiro-me ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Tão logo tomei conhecimento dessas denúncias do "Estado de Minas", tive a preocupação de ir até o Tribunal de Contas. Ontem, estive lá durante quatro horas, procurando entender a dinâmica do Tribunal, conversando com os funcionários, sem me identificar como Deputado Estadual. Sai de lá extremamente preocupado. Acredito que o Tribunal de Contas seja um órgão bastante importante e indispensável, criado como força auxiliar deste Poder Legislativo para o exame das contas municipais e dos governos estaduais. Aqui, especificamente, ele foi criado para examinar as contas de Minas Gerais. O Tribunal de Contas é um órgão para o qual têm de ser dadas todas as condições, para que possa cumprir as suas funções.

Peço desculpas ao colega Deputado Ermano Batista, para com quem tenho o máximo respeito, por sua postura legislativa, por sua capacidade jurídica e por sua isenção como homem público, para declarar-me absolutamente contrário ao seu projeto, embora acredite que o Tribunal de Contas tem de ser, imediatamente, repensado. Temos de nos esforçar para que, nesta Casa Legislativa, com os Srs. Deputados e os Srs. Conselheiros, com as equipes técnicas desta Casa e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, possamos ver o que

pode ser feito com a máxima urgência.

A Deputada Maria José Hauelsen (Em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, alegro-me em ouvir a sua exposição. É mais uma voz que se levanta contra esse projeto que tenta criar o Tribunal de Contas dos Municípios.

V. Exa. fala que é preciso encontrar uma solução. Não sei se seria a solução, mas acho que no presente momento a melhor forma de agilizar as prestações de contas seria a abertura de um concurso para o preenchimento das quatro vagas de Auditor e, mais ainda, a abertura de concurso para novos técnicos, que são justamente os que vão agilizar a prestação de contas dos municípios. De imediato, penso que a solução seria a abertura de concursos para preenchimentos dos cargos vagos e para os que ainda são deficitários. Muito obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa., Deputada Maria José Hauelsen, mas gostaria que uma análise mais criteriosa sobre o Tribunal de Contas fosse feita, não apenas sobre sua estrutura. Precisamos de mais técnicos, Auditores e pessoas ligadas ao setor de fiscalização. Além disso, Sra. Deputada, é necessário que sejam repensadas, também, as funções do Tribunal de Contas. Cito um único exemplo: um Prefeito pode ter suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas. Supondo-se que tudo corra natural e eficientemente e as contas sejam analisadas de forma criteriosa pelo Tribunal de Contas, entre um ano ou dois, quando elas chegam ao município de origem, geram um problema, pois, muitas vezes, as Câmaras Municipais têm um vínculo muito forte com o Executivo, e, em uma Câmara de 11 Vereadores, bastam 6 para jogar por terra todo o trabalho do Tribunal de Contas, engavetando o seu parecer.

Apenas seis Vereadores têm força para derrubar um parecer do Tribunal de Contas, que é feito com bases criteriosas e exames técnicos. Sendo assim, apenas esse exemplo mostra a importância de se fortalecer esse Tribunal. A minha posição é consciente, pois nunca tomo uma posição nesta tribuna sem antes procurar estudar detalhadamente cada assunto, e assim fiz com o Tribunal de Contas. Sendo assim, essa é a minha posição, e pediria aos Deputados não que derrubassem o projeto do Ermano, mas que encontrássemos uma forma de realmente fortalecer o Tribunal de Contas, que é imprescindível para a análise das contas das Prefeituras e do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, pessoal da imprensa, quero deixar registrada a perda de um grande homem, amigo, colunista e conterrâneo nosso, Nicolau Neto.

Nascido em Pedro Leopoldo, no dia 13/12/33, José Nicolau Neto era filho do casal José Nicolau Filho e Anália Nery Lopes, já falecidos. Ele deixa as filhas Karine Mendonça Neto, 25 anos, e Patrícia Mendonça Neto, 24 anos. Muito querido pelas lideranças de todos os municípios mineiros, recebeu durante quase cinco décadas de jornalismo um total de 334 honrarias, como títulos de cidadania, placas de ouro e prata, comendas e outras distinções. A estréia de Nicolau Neto no jornalismo social aconteceu nos anos 50, quando o Brasil vivia a fase áurea dos concursos de "miss." Ele promoveu vários concursos como: "Miss" Minas Gerais, "Glamour Girl", Mulata de Ouro, Garota Turismo, Debutantes, Elegantes Mineiras e Garota Praia. Por meio de colunas no "Estado de Minas" e no "Diário da Tarde", Nicolau criou uma rede de informações, e, com isso, podia saber de tudo o que acontecia nas áreas social, política, cultural e artística. Anualmente, organizava um encontro com seus correspondentes - que depois se transformavam em promotores - quando lançava idéias de novos projetos para a sociedade mineira. Nicolau Neto, como conterrâneo, grande homem e amigo de Pedro Leopoldo, deixará lembranças e saudades em nosso Estado. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, para abordar três assuntos importantes e apropriados para este momento, subo a esta tribuna mais alta do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais.

O primeiro assunto, Sr. Presidente, diz respeito a V. Exa., a seu interesse e aos interesses de todos os parlamentares desta nobre Casa. Como V. Exa. sabe, tramita nesta Assembléia um projeto de nossa autoria que proíbe a cobrança dos passageiros de ônibus pelo uso dos sanitários em estações rodoviárias e em paradas obrigatórias de ônibus. Esse projeto teve história, já foi aprovado em 1º e 2º turnos, mas S. Exa. o Governador do Estado, decepcionando-nos, o vetou. Esta Casa manteve o veto. Reapresentamos o projeto na legislação seguinte. Agora, está sendo votado em 2º turno. Entretanto, o companheiro Ajalmar Silva, atendendo a solicitações de outros companheiros, o Deputado Romeu Queiroz inclusive, nosso Presidente, apresentou uma emenda, excluindo as paradas de ônibus obrigatórias. O projeto, então, ficaria assim: fica gratuito o uso de banheiros por passageiros portadores de passagens nos terminais rodoviários, apenas, e não nas paradas obrigatórias, onde os ônibus fazem os contratos e os passageiros ficam totalmente sem opção. Até quando um interesse tão pequenininho de alguém que tem empresa de ônibus ou algum tipo de interesse nisso pode sobrepujar o interesse do povo? E quando um pai ou uma mãe de família chegarem num banheiro e não puderem pagar pelo seu uso, porque, às vezes, R\$0,70 fazem falta? E como fazem, principalmente se estiverem viajando com quatro ou cinco pessoas. Perguntei a um colega, dizendo-lhe: companheiro, por que essa distinção? Os passageiros de avião têm banheiros de granito e de mármore importados e não pagam pelo uso deles. Onde já se viu dizer que se paga para usar os sanitários de aeroportos? A estação rodoviária de Belo Horizonte tem uma arrecadação de milhões, porque são mais de 40 mil pessoas por dia usando os banheiros. A jornalista Berta, do "Estado de Minas", de certa feita, escreveu uma reportagem expressiva sobre esse assunto.

Quero, nesse primeiro tópico do meu discurso, solicitar aos companheiros que me ajudem a derrubar essa emenda, que é casuística, que tem a finalidade de atender a um pequeno grupo, que esmaga, que tolhe o direito do pobre, porque pobre não é aquele mendigo que imaginamos: pobre é aquele que recebe abaixo de cinco salários mínimos. Às vezes, pagamos um salário mínimo, apesar de conseguirmos lucros exorbitantes, tendo três ou quatro carros, quando seria preferível comprar menos um, permitindo que nossos empregados comprassem os deles. Assim, aumentaríamos o poder aquisitivo da Nação e aprenderíamos a respeitar o homem. Assim, o nosso dinheiro teria tanto valor, que não gostaríamos de nos mudar de nosso País, como tantos empresários fazem.

Tudo começa quando negligenciamos projetos simples como esse. E podemos perceber a extensão do conhecimento da justiça e do juízo de cada parlamentar quando tramita na Casa um projeto que tolhe o direito do povo. Trata-se de um direito do povo, porque na passagem já está incluso o uso dos terminais rodoviários. Como se pode parar numa parada obrigatória e cobrar quando se usa um banheiro? É um absurdo. Ora, certamente que as empresas poderiam fazer acordos e convênios com esses grandes restaurantes, que teriam o imenso prazer em receber e dar um serviço nota 10. Senão, o ônibus não pára ali, mas em outro lugar.

O segundo assunto que quero abordar, Srs. Deputados, é outro projeto nosso que tramita na Casa e que dispõe sobre a proibição da derrubada do cerrado para fins de carvoejamento.

O primeiro projeto que tratamos foi o Projeto de Lei nº 1.114/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de haver banheiro gratuito para os passageiros de ônibus em todos os terminais rodoviários e paradas obrigatórias. O outro, o Projeto de Lei nº 1.186/97, dispõe sobre a proibição da derrubada do cerrado para fins de carvoejamento.

Creio que não precisamos falar mais sobre esse projeto, porque já sabemos, todos os Deputados, com os conhecimentos que nos chegaram, nos últimos dias - especialmente os relativos à Agenda 21 e ao grande evento ecológico que ocorreu no Rio de Janeiro, centro mundial de reflexão sobre o meio ambiente -, da importância dos nossos cerrados.

Mas quero abordar outro assunto que me chama a atenção, porque tenho participado de sua discussão. Julgo da mais alta importância esse assunto, porque a sociedade mineira espera uma resposta deste parlamento a fim de se desenganarem aqueles que imaginam que a subvenção social tem sido uma forma para o exercício da corrupção daqueles que fazem uso dela.

Srs. Deputados, o profeta Habacuc diz: "Ai daquele que constrói os seus bens com o tesouro da iniquidade, porque os próprios bens o amaldiçoarão". Este Deputado foi contrário, quando aqui chegou, ao uso da subvenção ou, melhor dizendo, ao repasse da subvenção pelos parlamentares, porque sempre entendi que isso, de certa forma, corta as asas deste grande ministério que é o exercício do mandato de Deputado, do parlamento, da palavra. Sempre entendi que o dinheiro das subvenções sociais pertence ao povo necessitado, ao pobre, à viúva, ao órfão desamparado. Sempre entendi, também, que maior punição será, sem dúvida, proferida pelos lábios do justo Juiz àquele que faz mau uso dessa verba que ao assaltante à mão armada, porque o primeiro lesa a fé popular. Façamos uma relação de todas as subvenções distribuídas, ou seja, repassadas a este Deputado. Quando inquirido sobre um repasse de verba à Associação Cafetal - precipitadamente, um Vereador tentou acusar ou associar este Deputado -, houve o reconhecimento, graças a Deus, do erro por parte daqueles que examinaram a questão. Mas, agora, é tarde. O Presidente daquela Associação deve uma resposta à sociedade. Assim, já está tomando providências contra o Vereador que disse serem as notas frias, e, não se confirmando suas palavras, o acusador deverá pagar pela acusação, porque investiu contra um bom nome. Mas, senhores, podemos compreender que essas distorções, ou o exercício errado devido ao desconhecimento da reta justiça por parte de alguns têm levado a população a clamar por uma resposta. O Governador Itamar Franco, homem sábio, experiente, que aprendeu não só com o exercício da Presidência, mas muito mais com o jejum político que o levou a fazer uma reflexão sobre o exercício de seu ministério, uma profunda avaliação de sua pessoa e daquelas que com ele estavam. Como candidato a Governador do Estado de Minas Gerais, fez oportunas proposições, sem dúvida sabendo que este parlamento será seu grande associado, com liberdade para julgar os processos e os projetos do povo, que aqui chegam, refletindo sobre o grande privilégio que tem, o ministério que tem, a responsabilidade que tem de legislar para o povo de Minas Gerais. Esperamos que haja uma mudança a fim de aprimorar aqueles que foram vocacionados para este tão grande ministério que é o ministério parlamentar. E de fazer com que este parlamento seja livre, totalmente independente, acima de toda e qualquer possibilidade de que sua mente seja levada até pelo partidarismo, o que tantas vezes acontece em nosso País. E, por essa razão, o direito do povo é relegado a segundo

plano. Como parlamentar, tinha o dever de falar tudo isso, dando uma resposta àqueles que me elegeram, dando uma resposta ao povo do meu Estado e solicitando aos nobres companheiros e amigos a solidariedade nos projetos que temos a seguir. Muito obrigado.

418ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 11/11/98

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs Deputados, Deputada Maria Olívia, gostaria de, nessa oportunidade, tratar de algumas matérias que tramitaram e tiveram a aprovação desta Assembléia Legislativa. Algumas até receberam a aprovação e a sanção do Sr. Governador do Estado. Ontem, tivemos a oportunidade de ter aprovada pela Assembléia Legislativa a reorganização do Departamento de Obras Públicas do Estado. Tivemos, ainda, uma modificação importante para o sistema penitenciário, para as unidades prisionais em Minas Gerais, já que, a partir - e esperamos que isso aconteça - da sanção dessa matéria pelo Sr. Governador do Estado, todos os Diretores de unidades prisionais do Estado poderão ser ordenadores de despesas, podendo fazer pequenas reformas. Aquelas celas e instalações danificadas das diversas unidades prisionais do Estado poderão receber reparos imediatamente, a fim de serem disponibilizadas para ocupação de internos do sistema penitenciário em Minas Gerais.

Não há dúvida de que a aprovação dessa matéria é um passo muito importante que o Estado de Minas Gerais dá na reorganização do sistema penitenciário. Essa reorganização foi possível a partir da CPI Carcerária que a Assembléia Legislativa constituiu para tratar das irregularidades no sistema penitenciário. Então, vemos vários movimentos e ações que darão oportunidade para transformação, em dois anos, do sistema penitenciário em Minas Gerais. Sem dúvida, temos a expectativa de ter no Estado de Minas Gerais um tratamento diferente para o interno desse sistema.

Temos ainda a expectativa de que haja uma redução drástica do número assustador de reincidência no sistema penitenciário, em Minas Gerais. Isso demonstra que, infelizmente, apesar de o Estado gastar cerca de R\$600,00 com o interno do sistema carcerário, não tem conseguido a recuperação desses internos.

Não há dúvida de que os Deputados que participaram da CPI Carcerária, os consultores e os assessores da Assembléia Legislativa, todos colaboraram com esse trabalho, que recebeu apoio total do Plenário da Assembléia Legislativa, que praticamente aprovou todas as matérias, restando duas que são também importantíssimas, devendo, portanto, ser aprovadas pelo Plenário da Assembléia Legislativa. Uma delas se refere à regulamentação do transporte dos presos, no que se refere à ida deles às audiências e aos hospitais. Ela aguarda votação final pelo Plenário da Assembléia, e nós, que tivemos a oportunidade de compor a CPI Carcerária, temos a expectativa de sua aprovação. Também tramita na Assembléia a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, que consideramos muito importante, pois dá autonomia à perícia oficial. Assim, o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal terão uma coordenadoria autônoma e darão autonomia aos criminalistas e aos peritos médicos, para que possam fazer seu trabalho sem a possibilidade de qualquer pressão nessa atividade que é fundamental para que não haja impunidade no Estado de Minas Gerais. Por isso, aguardamos por parte desta Casa a aprovação da autonomia da perícia oficial. Está consagrada no texto do Programa Nacional dos Direitos Humanos, no capítulo que versa sobre a luta contra a impunidade colocado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a promessa de que, em curto prazo, a Nação teria autonomia da perícia oficial, dos institutos de criminalísticas e médico-legais, que seriam ligados às universidades, em busca da excelência desse trabalho científico no País e, no nosso caso, no Estado de Minas Gerais.

O Seminário Legislativo Direitos Humanos e Cidadania, promovido pela Assembléia Legislativa em agosto deste ano, com a presença de mais de 200 entidades e 900 pessoas neste Plenário, também colocou, dentre as suas 548 propostas, a fundamental necessidade da autonomia da perícia oficial. Alguns querem dizer que essa perícia é auxiliar do Presidente do inquérito, o Delegado, mas sabemos, e está consagrado em diversos países, que a perícia é auxiliar da Justiça, podendo ser requisitada, a qualquer momento, pelo Juiz, pelo Promotor e pelo próprio presidente do inquérito, o Delegado de Polícia. Portanto, é fundamental, nesse salto de qualidade que a Assembléia Legislativa proporciona ao Sistema de Segurança Pública do Estado e ao Sistema Penitenciário do Estado, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, que dá autonomia à Perícia Oficial do Estado de Minas Gerais.

Gostaria também, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, de falar sobre uma outra manifestação importante do Estado, referendada pela Assembléia e sancionada pelo Governador do Estado: a lei que institui a medalha de honra ao mérito pela defesa dos direitos humanos, e ela reza o seguinte: (- Lê:)

"Fica instituída a Medalha de Honra ao Mérito pela Defesa dos Direitos Humanos, destinada a distinguir, com o apoio da iniciativa privada, pessoas físicas e jurídicas cuja atuação nas áreas de promoção e defesa dos direitos humanos mereça especial destaque.

As concessões serão feitas pelo Governador do Estado, por proposta do Conselho Estadual de Direitos Humanos aprovada pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembléia Legislativa do Estado.

O número de pessoas, instituições e organizações a serem agraciadas anualmente não será superior a três.

Não será permitida mais de uma premiação à mesma pessoa física ou jurídica.

A solenidade de premiação será pública e se realizará anualmente, em 10 de dezembro, data comemorativa da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar de sua publicação."

Por isso, Sr. Presidente, considero importantíssimo que, este ano, consagrado à comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, seja comemorado por esta Assembléia Legislativa, pelos Deputados que, com grande sensibilidade, têm aprovado todos os projetos relacionados com os direitos humanos, já que o próprio Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, apresentou um projeto que visa a colocar o tópico sobre direitos humanos no conteúdo dos currículos das escolas estaduais de Minas Gerais. Portanto, este Plenário tem, ao longo do tempo, consagrado essa matéria. Assim, como o dia 10 de dezembro se avizinha, é fundamental que a Assembléia Legislativa comemore essa data, a exemplo de várias entidades mundiais que têm trabalhado pela defesa dos direitos humanos. Essa medalha pela comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos é muito importante.

Devemos, então, aproveitar o dia 10 de dezembro para que as entidades que têm trabalhado com muito afinco na defesa dos direitos humanos também sejam reconhecidas pela Assembléia Legislativa, através da entrega da medalha de honra ao mérito pela defesa dos direitos humanos. Gostaria, Sr. Presidente, de fazer chegar ao Presidente da Assembléia Legislativa a importância de essa data ser comemorada por esta Casa, que, durante esta legislatura, demonstrou seu comprometimento total com os direitos humanos. Não poderíamos, portanto, perder a oportunidade de, no dia 10 de dezembro, comemorar a defesa dos direitos humanos, com a entrega dessa medalha.

Sr. Presidente, acompanhando as matérias ligadas a esse tema, que tramitam e estão sendo aprovadas nesta Assembléia Legislativa, podemos perceber o compromisso desta Casa com tal questão. Por isso, não temos dúvidas de que teremos, por parte da Mesa da Assembléia Legislativa, uma grande celebração nessa data.

Hoje, na pauta desta reunião, temos o Projeto de Lei nº 1.424/97, da Deputada Maria José Hauelsen, determinando o pagamento de indenizações às vítimas de torturas praticadas nas dependências do extinto DOPS. Foi aprovado pela Assembléia Legislativa, já tendo recebido a sanção do Governador do Estado, o projeto que deu indenização às vítimas do desabamento da Gameleira, ocorrido em 1971. A Assembléia Legislativa deu oportunidade ao Governador do Estado de abrir mão da prescrição. Assim, aquelas famílias enlutadas pela perda de seus chefes naquela tragédia terrível e que aguardaram tantos anos por justiça tiveram essa oportunidade.

Estamos vendo aqui também o projeto do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas da violência no Estado de Minas Gerais. É um projeto importante, que já existe em outros Estados, e é muito importante que Minas Gerais também o adote. Ontem mesmo, representando a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, recebi em meu gabinete uma família que foi testemunha de um crime e agora está ameaçada de morte. O Estado não tem condições, neste momento, de dar guarda e segurança para essa família, que perdeu o pai numa emboscada e foi testemunha desse bárbaro crime. Por isso, esse é o outro projeto importantíssimo, para o qual a Assembléia Legislativa deve atentar, para que seja dada proteção à população de Minas Gerais. Não temos dúvida de que essa é uma matéria que teremos que discutir muito na Assembléia Legislativa, infelizmente, porque essa matéria de direitos humanos é algo que deveria ser natural.

E também a questão da segurança pública, porque, infelizmente, a cada dia, temos nas cidades do Estado de Minas Gerais uma exigência maior em relação à segurança pública. Essa é uma matéria que a Assembléia Legislativa deverá discutir muito. Por isso, temos de estar atentos para aprovarmos e cuidarmos de mecanismos que possibilitem um cuidado com a população de Minas Gerais, com aqueles que muitas vezes não têm acesso à justiça, aqueles que não têm acesso às autoridades da segurança pública. A Assembléia Legislativa tem de cumprir o papel de ser esse canal, esse facilitador para a população de Minas Gerais.

Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer aos Deputados e às Deputadas da Assembléia o apoio que essas matérias têm recebido por parte desta Casa. Espero que continuemos fazendo isso, avançando para que o Estado tenha uma política definitiva de direitos humanos, que será possível com a implementação de um Programa Estadual de Direitos Humanos, possibilitado por uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa. Será possibilitado no âmbito da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, também criada pela Assembléia Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, nem todos os assuntos que nos trazem a esta tribuna são questões que poderíamos considerar relevantes, que dignificam o Poder Legislativo. Infelizmente, algumas questões que abordaremos aqui são as chamadas questões menores, que qualquer Poder pode, com seu espírito de corpo, ressaltar ou querer elevá-las a alguma relevância.

Mas esta que aqui abordaremos, acreditamos que não seja possível, porque estamos diante de uma questão de forma evidente, corporativa, localizada, e, poderia dizer, até imoral frente ao atual momento político-econômico por que passa o País. É o assunto referente à PEC nº 48. Infelizmente, com relação a essa PEC nº 48, a opinião pública mineira já firmou uma posição que conseguiu unificar setores amplos da sociedade, de forma límpida, cristalina, relativamente à sua impropriedade, sua imoralidade neste momento. Essa mesma PEC nº 48, que conseguiu manchar o bom nome deste Poder Legislativo, ainda não sensibilizou uma parcela de Deputados desta Casa que não percebe ou não quer perceber como ela é casuística: visa a um objetivo bem determinado de criar cargos, dar emprego a um determinado grupo de pessoas. E provo que isso é verdade. Esse projeto tramitou nesta Casa propondo a criação de Conselheiros Adjuntos. Houve uma decisão do Supremo a respeito de questão semelhante, se não me engano no Estado do Mato Grosso do Sul, e lá era clara a criação de Conselheiros Adjuntos para substituir os Auditores. O Supremo, numa ação direta de inconstitucionalidade, promovida pelo Sindicato do Tribunal de Contas, declarou-a inconstitucional, pois os cargos tinham de ser preenchidos por meio de concurso público. A partir daí, o casuísmo foi tanto que vimos, num segundo momento, essa PEC travestida com o nome de um Conselho de Contas dos Municípios de Minas Gerais. Ficou evidente que o objetivo não era resolver o problema de Auditores, que existia naquele Tribunal, mas garantir os 7, os 14, os 21, os 300, os 600 ou os 900 empregos que adviriam da criação dessa figura que é a PEC nº 48. Mas, chegando hoje ao Aeroporto de Confins, lendo o jornal "Estado de Minas", esta minha tese ficou comprovada mais uma vez, porque já estamos vivendo uma terceira etapa da PEC nº 48. Já se fala, agora, que dos 25 cargos de Inspectores que seriam criados nas administrações regionais, Inspectores do Tribunal de Contas, estaria sendo gestado um acordo, que foi negociado com a complacência de setores daquele Tribunal, onde o número desses Inspectores cairia para 12, sendo que seis seriam indicados pela Assembléia e seis pelo Tribunal de Contas. Não preciso dizer mais nada. É só mostrar essas três etapas, que surgiram na gestação dessa malfadada PEC, para ficar bem claro que o interesse não é resolver problema de tomada de contas dos municípios de Minas Gerais, moralizar a coisa pública no Estado, agilizar o funcionamento do órgão do Tribunal de Contas do Estado, mas arrumar emprego e criar cargos. Tenho a certeza absoluta de que muitos nomes que foram envolvidos pelos jornais como prováveis candidatos aos cargos não aceitariam essa condição, porque são homens sérios, homens que têm vida pública pautada por atos de probidade, que saberão, também, posicionarem-se contra essa terceira versão do "Frankenstein", que é a PEC nº 48, que propõe a divisão dos Auditores, os Inspectores Regionais, em seis, para serem indicados pela Assembléia Legislativa.

Acho que, hoje, cada Deputado desta Casa tem de deixar de lado o espírito de porco, de corpo, aliás, mas é quase a mesma coisa, não há muita diferença, infelizmente: de corpo e de porco. O ato falho, de alguma forma, mostra uma identidade. Mas temos de deixar de lado o espírito de corpo, até alguma palavra empenhada com algum colega nesta Casa, para sermos contra, radicalmente contra essa PEC, sob pena de desmoralização deste Poder, de estarmos dando mau exemplo para toda a opinião pública nacional. Quando, hoje, estamos assistindo ao absurdo aumento das contribuições previdenciárias de servidores públicos, inclusive dos milhões de aposentados deste País, estamos vendo demissões sendo anunciadas em muitas e muitas Prefeituras e governos de Estado, e até em nível federal, estamos assistindo a obras e questões sociais tendo seus orçamentos reduzidos no facão do plano neoliberal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para satisfazer a sanha desse poder financeiro multinacional, darmos um exemplo desse, a meu ver, é uma desmoralização do Poder. Então, apelo a cada colega Deputado: que pense e veja claramente que não há nenhum objetivo ou boa intenção na criação dessa PEC. Se houvesse boa intenção, a idéia inicial da primeira PEC, dos Conselheiros Adjuntos, teria sido perseguida. Se houvesse uma boa intenção, a idéia de um Conselho Estadual de Contas dos Municípios teria sido perseguida. E agora estamos vendo essa terceira versão dos seis por seis. O número 48 tem um simbolismo muito forte, porque representa o trabuco de uma arma, que, penso, agora se volta contra a educação e a saúde neste Estado. E o número seis também. Está aqui o nosso místico, o Deputado Wilson Trópia, que sabe que o significado do número seis na língua semita é sempre um número incompleto, porque não chega a sete. O seis é sempre a falta de alguma coisa. Talvez, ao queremos propor a divisão dos seis cargos, para que a Assembléia indique, é a falta de vergonha, de moral, de exercício do poder. Então, faço um apelo às pessoas conscientes, que têm demonstrado aqui, mesmo em campos ideológicos diferentes, honestidade, probidade, para que, mesmo que a uma não os tenha agraciado com um novo mandato, tenham a coragem de dizer não a essa proposição. Que votemos contra essa proposta hoje, que seja um ato de resgate deste Poder contra o corporativismo, esse malfadado corporativismo. E, mais ainda, que façamos um convite à sociedade toda para que venha aqui assistir a essa votação, que esteja atenta em seus lares para ver como será o voto de cada Deputado aqui, porque daqui a dois anos teremos eleições novamente, daqui a quatro anos teremos eleições novamente. E não pensemos que aquela visão de que o povo tudo esquece é verdade. Essas eleições mostraram claramente isso. Então, que estejamos atentos. E que o povo também se mobilize, as entidades da sociedade civil, que têm na ética e na política os seus princípios fundamentais, rejeitem essa proposição e os posicionamentos nesta Casa.

Estive no Ceará, numa cidade do interior, numa festa de aniversário de alguns amigos. Lá, numa cidadezinha chamada Pereiro, com menos de 20 mil habitantes, falava-se dessa proposta que foi anunciada pelo Jornal da Globo, falava-se que aqui se estava fazendo um "trem da alegria". Até onde chegou a difamação, a demonstração do corporativismo desta Casa, claramente implícito na votação dessa proposta? A sociedade civil tem de se manifestar contrariamente.

E mais: se a Mesa faz a pauta da reunião, tem responsabilidade, sabe que essa proposta não será aprovada, que não passará, não por causa dos Deputados da Oposição, que, se preciso, colocam seus corpos à frente para impedi-la, mas porque muitos e muitos Deputados do PSDB, do PMDB e do PFL também são contra ela. Então, solicito à Mesa que não permita que essa proposição continue na pauta, já que tem a responsabilidade de fazer a pauta. Como não se iniciou a votação, essa proposição, continuando na pauta, sem condições e sem chances de ser aprovada, é a diminuição do nome deste Poder, a desmoralização desta Assembléia Legislativa e de tudo o que construiu nestes anos.

Fazemos esse apelo à consciência: não à Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97; não à Lei Complementar nº 66, que também é vergonhosa; não a qualquer tipo de acordo que diminua este Poder. Todos os Deputados, os que ganharam e os que perderam as eleições - acredito -, têm condições de sobreviver em suas profissões, têm condições de disputar novas eleições para Prefeito, daqui a dois anos, novas eleições para Deputado, daqui a quatro anos. Ninguém precisa de remendo para resolver questões particulares. Há um nome maior, e a verdade tem de ser dita para ser preservada.

Se a Mesa, mesmo em convocação para reunião extraordinária, está sempre colocando essa proposta, como se quisesse provocar o desgaste desta Casa, que votemos, agora à tarde, contrariamente a essa proposta e que esse voto seja majoritário, que seja um voto, antes de tudo, de resgate do Poder Legislativo, de reafirmação deste Poder, porque a luta pela ética não é um discurso de fora, mas também nosso. E o fazemos com propriedade, porque sabemos onde estão faltando recursos, de onde o Governo Federal os retiro.

Este Poder Legislativo sabe da estrada que não vai ser duplicada; da estrada que não vai ser asfaltada; da escola que não vai ser construída; do posto de saúde que vai continuar caindo; dos salários dos médicos que continuarão baixos; das escolas que continuarão sem material, sem recursos didáticos; sabe muito bem que aquela obra fundamental para a vida do povo do vale do Jequitinhonha, que pode ser um açude, que pode ser uma casa de farinha, não vai ser feita por causa de uma política neoliberal, que, cada vez mais, está levando, através dos juros, da dívida pública, os recursos necessários. E não precisamos criar aqui uma proposta de emenda à Constituição como essa para continuar fazer vazar os parques recursos públicos.

E reafirmo, para terminar: tenho certeza absoluta de que esse Tribunal de Contas é, na verdade, um "tribunal de faz-de-conta", que precisa ser reformulado, precisa ser modificado. Mas vamos forçar-lhe uma modificação séria, porque, desde 1983, por exemplo, as contas do Prefeito de Contagem, que, naquela oportunidade, era o ex-Governador Newton Cardoso, não são apreciadas. Então, vamos mudá-lo, vamos lhe dar um caráter diferente, mas não continuar colocando instituições em cima de instituições. Em vez de termos um "tribunal de faz-de-conta", vamos ter um "tribunal de 'faz-de-continha'". Acho que isso não resolve o problema. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Cleuber Carneiro, Srs. Deputados, senhoras e senhores que visitam e assistem mais uma vez a uma reunião da Assembléia Legislativa, membros da imprensa aqui presentes, tenho em mãos um documento que será encaminhado a todos os Deputados Federais e Senadores pelo Estado de Minas Gerais, mostrando uma posição firme e o pensamento da bancada de Deputados Estaduais das regiões do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha, solicitando dos senhores parlamentares federais um pronunciamento e, mais do que isso, uma posição firme, no sentido de se tentar evitar os cortes no Orçamento Geral da União para as regiões Norte e do vale do Jequitinhonha.

Tomei a liberdade, Srs. Deputados, de fazer uma análise profunda e criteriosa das medidas do Governo Federal anunciando os cortes, e qual não foi a minha surpresa ao verificar que há obras importantes e imprescindíveis ao desenvolvimento e ao crescimento do Norte de Minas contidas nas medidas de corte do Orçamento Geral da União anunciadas pelo Sr. Presidente da República.

O Projeto Jaíba, que é o maior projeto de irrigação da América do Sul, já foi suplantado na sua primeira fase, que é a de assentamento das famílias, com cerca de 2.800 delas, pessoas pobres, trabalhadores rurais, homens que há anos - 10, 15 anos - esperavam e ainda esperam pela oportunidade de ter o seu pedacinho de terra no Projeto Jaíba.

O corte é de R\$5.200.000,00 e vai incidir especialmente na parte comercial, empresarial do Projeto Jaíba, trazendo um prejuízo inestimável às cidades de Jaíba, Matias Cardoso, Manga e Verdelândia.

Os Projetos Gurutuba e Pirapora, que são projetos testados e aprovados, também sofrerão um corte de R\$1.500.000,00, em plena atividade, depois de terem transformado substancialmente as cidades de Pirapora, Janaúba e Nova Porteirinha. Essa verba daria condição exatamente de se implantar a tecnologia no Projeto Gurutuba e no Projeto Pirapora.

O Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS - é um órgão experiente, importante, que já existe ali há 40 anos e que tem uma das principais e mais bem montadas equipes técnicas, com o melhor "know how" para o combate à seca. O DNOCS sofrerá um corte de R\$1.900.000,00 e não poderá dar continuidade à construção de pequenas barragens, à manutenção dos equipamentos dos postos artesanais já existentes e a perfuração de postos artesanais para as comunidades rurais e associações de moradores da zona rural.

O projeto Pró-Saneamento - obras de saneamento - sofrerá um corte de R\$12.725.000,00 e tirará a oportunidade dos pequenos municípios de terem seus projetos de saneamento. Noventa e cinco por cento das cidades norte-mineiras não possuem rede de esgoto. São 95% da população que não têm condições de ter a sua rede de esgoto na porta de casa.

Cinquenta por cento das cidades norte-mineiras ainda não têm um sistema de água potável nas residências. O Pró-moradia, que é um projeto de melhoria das habitações das pequenas cidades da zona urbana e da zona rural, sofrerá um corte de R\$15.600.000,00. Serão milhares de famílias que não terão suas casas melhoradas. Elas vivem na eterna expectativa de ter suas casas. E sabemos hoje que a casa própria é, antes de tudo, a segurança para que o cidadão possa ter condição de se sentir cidadão e criar sua família. Serão R\$15.600.000,00 de cortes para o Estado de Minas Gerais, principalmente para o Norte de Minas.

A Fundação Nacional de Saúde, que já vem sofrendo um processo de esvaziamento durante anos e anos, infelizmente, ficará sem R\$1.214.000,00. E sabemos quão importante é a Fundação Nacional de Saúde, principalmente para o atendimento aos mais humildes da região Norte, Noroeste de Minas e do vale do Jequitinhonha.

A BR-242, que traz a esperança de vermos o asfaltamento da estrada de Salinas-Araçuaí, ligando definitivamente o Norte de Minas ao vale do Jequitinhonha, sofrerá um corte de R\$1.600.000,00.

As obras de recuperação da estrada Montes Claros-Bocaiúva também sofrerão cortes. São 40km de buracos, por onde passam 4.800 carretas pesadas por dia. É a ligação do Sudeste do País com a região Nordeste. Essa é hoje uma das grandes reivindicações da região Norte de Minas. A recuperação dessa rodovia sofrerá um corte de R\$1.800.000,00, ou seja, 67% da verba que estava prevista. Vamos ver, mais uma vez, a operação tapa-buraco, tapando-se buracos com borra de asfalto, com terra, com cascalho e tirando a perspectiva de termos a recuperação da estrada.

A recuperação de outra parte da estrada Joaquim Felício-Buenópolis, na extensão de 47km, num total de R\$2.800.000,00, é outra estrada que também terá 100% de corte no orçamento geral da União. Ela é uma parte da BR-135, onde também tem morrido muita gente.

Esse documento será entregue a todos os Deputados Federais e a todos os Senadores de Minas, independentemente da região onde foram votados. Mas essa é a oportunidade de mostrarmos aos parlamentares, àqueles que defendem o Estado e a região, o que está acontecendo, para que eles possam implementar ação parlamentar objetiva e séria, mostrando que o Estado de Minas Gerais não está morto, que Minas Gerais é um Estado de vanguarda deste País. Minas Gerais precisa desses recursos, principalmente o Norte de Minas, a região que represento. Esse documento vai ser entregue pessoalmente. Já agendamos uma reunião em Brasília, onde vamos de gabinete em gabinete, na Câmara Federal e no Senado, entregando em mãos esse documento e pedindo aos parlamentares que façam essa frente.

Não podemos assistir a que parlamentares de outros Estados consigam alternativas, e não aceitem passivamente os cortes anunciados, porque são obras sociais importantes. Assinalamos dez obras, mas, na verdade, trata-se de um conjunto de mais de 40 obras que serão paralisadas em Minas Gerais.

Agora mesmo, o jornal "O Tempo" traz, em manchete, que Minas vai perder 46% dos investimentos para 1999. Assinalei os investimentos do Norte de Minas, mas mesmo aqui, na Capital, vamos ver paralisada a construção do metrô, obra importante, que vai desafogar esse trânsito caótico, injusto e criminoso da cidade de Belo Horizonte. Também estamos observando e assistindo à paralisação da duplicação da Fernão Dias, principal corredor de exportação do Estado de Minas Gerais para o Sul do País e para o MERCOSUL. E não se ouve uma voz mostrando a injustiça que se quer cometer contra Minas Gerais! O Estado vai perder nada mais, nada menos do que R\$219.000.000,00, nos cortes do orçamento do Governo Federal. Que alguma coisa precisa ser feita, em Brasília, é óbvio, mas por que fazer exatamente cortes de obras que não podem ser paralisadas?

Ainda ontem, perfilamos e mostramos uma série de obras que estão paralisadas em Minas, no setor de saúde pública. Foi um trabalho muito bem executado pelo Estado de Minas Gerais, que cumpriu o seu objetivo, fez a sua parte, denunciando a paralisação das obras. É necessário que esta Casa, no apagar desta legislatura, no final de ano, possa esboçar reação à altura. Um corte no orçamento interessa a todos nós: interessa aos senhores que me escutam; vai incidir sobre a vida do cidadão comum, nos setores de saúde pública e de educação, e esta Casa não pode simplesmente cruzar os braços e ter suas atenções desviadas para coisas de menor importância, assistindo passivamente ao que está acontecendo.

Nós, do Norte, da região do vale do Jequitinhonha, não vamos aceitar esses cortes, como estão sendo anunciados. Iremos a Brasília, e teremos condição de mostrar a todos os tecnocratas do orçamento, principalmente aos Deputados, que não se pode fazer um corte, não se pode ajustar a economia exatamente em cima daqueles que sempre sofreram, na carne, o desprezo; sempre tiveram seus pleitos e seus pedidos jogados para um terceiro ou quarto plano. Temos obras importantes, que não poderão ser paralisadas.

Dessa maneira, peço aos Deputados, ao povo, aos Vereadores, à iniciativa privada, enfim, à população em geral que faça um telegrama ou uma carta aos parlamentares votados, mostrando a indignação do povo de Minas Gerais; mostrando que o povo de Minas tem personalidade, sabe o que quer e sabe responder à altura às ameaças de prejuízo para o nosso Estado e, principalmente, para nossa região. Quero colher a assinatura dos senhores parlamentares neste ofício, neste documento. Tenho certeza de que, se ele não tiver a força de mudar o orçamento da União, vai mostrar, explicitamente, a indignação dos Deputados de Minas e, de maneira muito direta, a indignação do povo do Norte de Minas Gerais e de todo o Estado. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias de imprensa, voltamos a esta tribuna para dar seqüência àquilo que havíamos iniciado hoje pela manhã, que é a nossa argumentação favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 36/98, que versa sobre a alteração da composição do Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que trata o art. 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93.

Gostaríamos aqui, como já havíamos formulado pela manhã, de voltar à nossa linha de raciocínio e de argumentação. Entendemos que há necessidade da inclusão de novos municípios na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na medida em que houve aumento do número de municípios que vivem em função dessa região metropolitana. Como estava colocando, alguns municípios dessa região são cidades dormitórios da Grande BH, porque a maior parte das pessoas, em virtude do espaço pequeno que temos na cidade de Belo Horizonte, devido à sua topografia, está se mudando cada vez mais para cidades próximas e vêm todos os dias trabalhar em Belo Horizonte. Conseqüentemente, essas mesmas pessoas utilizam-se de uma infra-estrutura que não pertence apenas ao seu município, mas a toda a região metropolitana. Por exemplo, o sistema de transporte, os ônibus que fazem esse transporte diário, levando essas pessoas todos os dias de Belo Horizonte para essas cidades, precisa de tratamento uniforme. Por quê? Porque uma grande quantidade de ônibus chegando a Belo Horizonte, conseqüentemente interfere no trânsito da cidade, interfere no trânsito das cidades próximas, como Contagem, Ribeirão das Neves e outras, e isso tem que ser discutido coletivamente, não pode ser tratado como problema de um único município, porque não é. Vamos perceber que o custo para a manutenção do trânsito aqui, para que essas pessoas possam fazer sua chegada aqui todos os dias, faz com que o Município de Belo Horizonte tenha um gasto maior com seu sistema de transporte para recuperação e

pavimentação das ruas, porque, evidentemente, num trânsito muito mais intenso, é lógico que o desgaste será maior e haverá necessidade de reposição maior. Aí o custo fica só para Belo Horizonte? Não pode ser, porque essas pessoas vêm de outros municípios não esporadicamente, mas todos os dias. Então, há necessidade dessa integração, de um conselho que venha definir as regras, que os custos sejam compartilhados, para que possamos ter um processo melhor em termos de custo desse meio de transporte.

Essa é uma das argumentações por meio das quais estamos, aqui, defendendo favoravelmente esse projeto do Deputado Vasconcelos, para que possamos, de fato, ter condição de tentar equacionar esse problema, de começar pelo menos a diminuir os custos. Se não vamos resolver tudo, que possamos resolver esse problema pelo menos em parte.

Aí vamos perceber que não é só o problema do transporte, temos também uma série de outros serviços também tão importantes quanto o transporte, que precisam ser discutidos coletivamente. Se essas pessoas passam a maior parte do tempo em Belo Horizonte, conseqüentemente elas utilizam também o sistema de saúde de Belo Horizonte e não apenas do seu município, onde estão morando.

Notamos que há necessidade de uma elevação, de um custo maior, também no sistema de saúde de Belo Horizonte, em detrimento dos outros municípios. Esses municípios precisam contribuir fazendo um debate mais amplo e em conjunto para que se enfrente o problema da saúde dessas pessoas como um todo. Imaginemos que essas pessoas se deslocam constantemente para Belo Horizonte. Havendo uma epidemia no município, conseqüentemente, ela será estendida aos demais municípios. Há necessidade do combate não apenas em um município, mas em todos, por meio de uma ação integrada de todos os Secretários de Saúde dos vários municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esta é uma outra razão pela qual entendemos ser fundamental a inclusão de novos municípios nessa região: para que haja uma melhor redivisão dos recursos e um compartilhamento tanto em termos de contribuição, de recursos, quanto em termos de prestação de serviços a essa população que necessita deslocar-se constantemente no exercício de suas atividades profissionais. Falamos não só de Belo Horizonte, mas também de Contagem, que recebe um grande número de pessoas para o setor industrial, já que o coração da indústria mineira localiza-se no Município de Contagem, integrado ao conjunto de cidades que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dando seqüência a essa mesma linha de argumentação, queremos falar sobre o motivo pelo qual estamos defendendo o acréscimo para algumas cidades e chegaremos a Sete Lagoas. Percebemos, com a duplicação da BR-040, até Sete Lagoas, um processo cada vez maior de urbanização da área que vai de Belo Horizonte a Sete Lagoas. À medida que se facilita o sistema de transporte, fazendo a duplicação, abrem-se indústrias e empresas, loteamentos são feitos, e notamos a necessidade de crescimento da região. Certamente por essas razões, notamos a urgência da aprovação dessa lei, que irá beneficiar o desenvolvimento da região de forma equilibrada. Não podemos pensar apenas na abertura de novas empresas e grandes loteamentos naquela área, sem que pensemos num planejamento equilibrado. Percebemos que caso não tenhamos um desenvolvimento equilibrado na região, teremos um prejuízo significativo no tocante à questão ambiental. Temos ali matas importantes e nascentes de rios que farão falta no abastecimento de água do município. Portanto, estamos falando sobre a necessidade de garantirmos a inclusão dessa área no Colar Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além desse aspecto, vamos abordar outra questão. Já falamos sobre a importância no tocante ao aspecto econômico, no que se refere à saúde e ao equilíbrio ambiental. Agora, queremos fazer referência ao custo e ao gasto na área da educação. Mas, Sr. Presidente, pessoalmente esforço-me para estudar projeto, a fim de discuti-lo da melhor forma possível.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/11/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.547, de 1998, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando, a partir de 18/11/98, Rossiane Kelly Silveira de Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01;

nomeando Márcio da Conceição Dotti para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01.